

Aos dezanove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta e quatro minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Maria do Carmo Pato Tiago (SET-V25), Fernando Miguel Catarino José (PS), António Carlos Almeida Cachaço (CH), Paulo Manuel Maia da Silva (SET-V25), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (CDU), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Edgar Alberto Cardim de Jesus (CH), Bruno Miguel de Almeida Russo (SET-V25) e Ana José Manita Vaz de Carvalho (PS).

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, António Manuel Palhas de Jesus Pereira de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto da Ata n.º 20/2025 - Reunião ordinária de 18 de setembro de 2025**
 - 2. Projeto da Ata n.º 21/2025 – Reunião ordinária de 01 de outubro de 2025**
 - 3. Projeto da Ata n.º 01A/2025 – Reunião extraordinária de 07 de novembro de 2025**
 - 4. Deliberação n.º 04A/2025 – Proposta n.º 02A/2025 – GAP – Atribuição de subsídio aos Serviços Sociais do pessoal da Câmara Municipal de Setúbal, destinado à aquisição de prendas de Natal para os filhos dos trabalhadores da autarquia – 2025**
 - 5. Deliberação n.º 05A/2025 – Proposta n.º 03A/2025 – GAP – Nomeação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal**
 - 6. Deliberação n.º 06A/2025 – Proposta n.º 01A/2025 – DCDJ – Aditamento ao Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal, a União das Freguesias de Setúbal e a Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal**
 - 7. Deliberação n.º 07A/2025 – Proposta n.º 02A/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
 - 8. Deliberação n.º 08A/2025 – Proposta n.º 03A/2025 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 3.º trimestre de 2025**

4

9. **Deliberação n.º 09A/2025 – Proposta n.º 01A/2025 - DURB/GARIU - Licenciamento de Publicidade em via pública pela empresa GIRODMEDIA, de 3 TotemBags**
10. **Deliberação n.º 10A/2025 – Proposta n.º 03A/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para alienação do direito de superfície, constituição de hipoteca e manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 71 – 4.º B, da Freguesia de S. Sebastião**
11. **Deliberação n.º 11A/2025 – Proposta n.º 04A/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para alienação do direito de superfície, constituição de hipoteca e manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Meio ou Estrada de Santas, Rua da Areia – Praias do Sado, n.º 184, da Freguesia do Sado**
12. **Deliberação n.º 12A/2025 – Proposta n.º 05A/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para alienação do direito de superfície, constituição de hipoteca e manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Meio – Praias do Sado, Rua da Concha, lote 139, da Freguesia do Sado**
13. **Deliberação n.º 13A/2025 – Proposta n.º 06A/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para alienação do direito de superfície, constituição de hipoteca e manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Pote de Água, lote 10 do bloco B, Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 8 – 6.º Esq., da Freguesia de S. Sebastião**
14. **Deliberação n.º 14A/2025 – Proposta n.º 07A/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Pote de Água, lote 3, Rua António Carvalho Serra, n.º 5 – 1.º C, da Freguesia de S. Sebastião**
15. **Deliberação n.º 15A/2025 – Proposta n.º 08A/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Urbanização Pinhal de Negreiros lote 46-A, Rua Poeta Calafate, n.º 10 – 2.º Dto., da União das Freguesias de Azeitão**
16. **Deliberação n.º 16A/2025 – Proposta n.º 09A/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Pote de Água, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 1 – R/c B, da Freguesia de S. Sebastião**
17. **Deliberação n.º 17A/2025 – Proposta n.º 10A/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Pote de Água, lote 8, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3 – 3.º B, da Freguesia de S. Sebastião**
18. **Deliberação n.º 18A/2025 – Proposta n.º 11A/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para constituição de hipoteca – Pote de Água, Lote 8, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3 – 7.º D, da Freguesia de S. Sebastião**
19. **Deliberação n.º 19A/2025 – Proposta n.º 12A/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão e ónus de inalienabilidade, quanto ao prédio sito no Peixe Frito, Alameda dos Alamos, n.º 53 (Antigo Lote 48), da Freguesia de S. Sebastião**
20. **Deliberação n.º 20A/2025 – Proposta n.º 13A/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito na Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 71 – 4.º B, da Freguesia de S. Sebastião**
21. **Deliberação n.º 21A/2025 – Proposta n.º 14A/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito na Praceta Professor Francisco Gentil, n.º 1 – R/c Dto., da Freguesia de S. Sebastião**
22. **Deliberação n.º 22A/2025 – Proposta n.º 15A/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Pote de**

- Água, Lote 3, Rua António Carvalho Serra, n.º 5 – 1.º C, da Freguesia de S. Sebastião**
23. **Deliberação n.º 23A/2025 – Proposta n.º 16A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Pote de Água, Lote 8, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3 – 7.º D, da Freguesia de S. Sebastião**
 24. **Deliberação n.º 24A/2025 – Proposta n.º 17A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Pote de Água, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 1 – R/c B, da Freguesia de S. Sebastião**
 25. **Deliberação n.º 25A/2025 – Proposta n.º 18A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Pote de Água, Lote 8, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3 – 3.º B, da Freguesia de S. Sebastião**
 26. **Deliberação n.º 26A/2025 – Proposta n.º 19A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito na Urbanização Pinhal de Negreiros Lote 46-A, Rua Poeta Calafate, n.º 10 – 2.º Dto., da União das Freguesias de Azeitão**
 27. **Deliberação n.º 27A/2025 – Proposta n.º 20A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro Afonso Costa, n.ºs 7 e 7A – 3.º Dto., em Setúbal**
 28. **Deliberação n.º 28A/2025 – Proposta n.º 21A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mártires da Pátria, n.º 11, em Setúbal**
 29. **Deliberação n.º 29A/2025 – Proposta n.º 22A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Manuel Gamito, n.º 13 – 6.º Esq., em Setúbal**
 30. **Deliberação n.º 30A/2025 – Proposta n.º 23A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fialho de Almeida, n.º 9 – 2.º A, em Setúbal**
 31. **Deliberação n.º 31A/2025 – Proposta n.º 24A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Infante Dom Henrique, n.ºs 24, 26 e 28 – 2.º Dto., em Setúbal**
 32. **Deliberação n.º 32A/2025 – Proposta n.º 25A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Almada, n.ºs 15 e 17 – M-A, em Setúbal**
 33. **Deliberação n.º 33A/2025 – Proposta n.º 26A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Fontainhas, n.ºs 22, 24 e 26, em Setúbal**
 34. **Deliberação n.º 34A/2025 – Proposta n.º 27A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida de Angola, n.º 14 – 5.º Dto. Fte., em Setúbal**
 35. **Deliberação n.º 35A/2025 – Proposta n.º 28A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Aldeia de Oleiros, Rua Teixeira Lopes, n.º 6 (Antigo Lote 167), em Azeitão**
 36. **Deliberação n.º 36A/2025 – Proposta n.º 29A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 12 – 5.º Esq., em Setúbal**
 37. **Deliberação n.º 37A/2025 – Proposta n.º 30A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Azeitão, Rua Brejos de Camarate, Lotes 80/86, em Azeitão**
 38. **Deliberação n.º 38A/2025 – Proposta n.º 31A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 29 – 2.º Esq., em Setúbal**

4

39. **Deliberação n.º 39A/2025 – Proposta n.º 32A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta José Maria Silva, n.º 6 – 3.º E, em Setúbal**
40. **Deliberação n.º 40A/2025 – Proposta n.º 33A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Rosmaninho, n.º 11 – 1.º andar, em Setúbal**
41. **Deliberação n.º 41A/2025 – Proposta n.º 34A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa de Azeitão, n.ºs 13 e 15, em Setúbal**
42. **Deliberação n.º 42A/2025 – Proposta n.º 35A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Azeitão, Travessa dos Alperces, n.º 17, em Azeitão**
43. **Deliberação n.º 43A/2025 – Proposta n.º 36A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Artemisia, n.º 6 – 3.º Esq., em Setúbal**
44. **Deliberação n.º 44A/2025 – Proposta n.º 37A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Doutor António Rodrigues Manito, n.º 54 – 5.º Esq., em Setúbal**
45. **Deliberação n.º 45A/2025 – Proposta n.º 38A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernando Santos, n.º 19 – 2.º Esq., em Setúbal**
46. **Deliberação n.º 46A/2025 – Proposta n.º 39A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Águias, n.ºs 1A, 1B, 1C, 1D, 1E e Avenida Bento de Jesus Caraça, n.ºs 68A, 68B e 68C – RC Dto., em Setúbal**
47. **Deliberação n.º 47A/2025 – Proposta n.º 40A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Santiago n.º 1 – 5.º Fte., em Setúbal**
48. **Deliberação n.º 48A/2025 – Proposta n.º 41A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Silva Porto n.º 18 – 2.º Dto., em Setúbal**
49. **Deliberação n.º 49A/2025 – Proposta n.º 42A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Cristóvão de Figueiredo n.º 10 – 2.º Dto., em Setúbal**
50. **Deliberação n.º 50A/2025 – Proposta n.º 43A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Forte da Bela Vista, n.º 2 – R/C D14, em Setúbal**
51. **Deliberação n.º 51A/2025 – Proposta n.º 44A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Doutor Rodrigues Manito, n.º 54 – 5.º Esq., em Setúbal**
52. **Deliberação n.º 52A/2025 – Proposta n.º 45A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernão Mendes Pinto n.º 4 – 5.º C, em Setúbal**
53. **Deliberação n.º 53A/2025 – Proposta n.º 46A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale de Cerejeiras ou Monte Belo, Rua Roberto Ivens, n.º 3 – 4.º A, em Setúbal**
54. **Deliberação n.º 54A/2025 – Proposta n.º 47A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Guilherme Faria, n.ºs 34 a 44 e Travessa das Papoilas, n.ºs 9 a 21 – 2.º Esq., em Setúbal**
55. **Deliberação n.º 55A/2025 – Proposta n.º 48A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Madalena Claro, n.º 92 – 1.º C, em Setúbal**

4

56. **Deliberação n.º 56A/2025 – Proposta n.º 49A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro das Pontes, n.ºs 21 a 23., em Setúbal**
57. **Deliberação n.º 57A/2025 – Proposta n.º 50A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Cláudio Lagrange, n.º 3 – 2.º esq., em Setúbal**
58. **Deliberação n.º 58A/2025 – Proposta n.º 51A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça Dona Olga Morais Sarmiento, n.º 4 – r/c Dto., em Setúbal**
59. **Deliberação n.º 59A/2025 – Proposta n.º 52A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 92 – 5.º Esq., em Setúbal**
60. **Deliberação n.º 60A/2025 – Proposta n.º 53A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Minas da Borralha, n.º 10 – 2.º D, em Setúbal**
61. **Deliberação n.º 61A/2025 – Proposta n.º 54A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta da Meia Laranja, n.º 11 – 3.º Esq., em setúbal**
62. **Deliberação n.º 62A/2025 – Proposta n.º 55A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, lote 1 – 2.º G, em Setúbal**
63. **Deliberação n.º 63A/2025 – Proposta n.º 56A/2025 – DAF/DICOR – Abertura do procedimento de contratação de empréstimo de curto prazo 2026**
64. **Deliberação n.º 64A/2025 – Proposta n.º 01A/2025 – DRH/DIGAT – Designação de Chefe de Equipa Multidisciplinar**
65. **Deliberação n.º 65A/2025 – Proposta n.º 01A/2025 – DOM – CP 11/2022 – “Reabilitação do Bairro das Manteigadas – Intervenção em espaços comuns, cozinhas e instalações sanitárias” - Lote 1 - 3.ª Prorrogação de prazo da empreitada / Delegação de competências**
66. **Deliberação n.º 66A/2025 – Proposta n.º 02A/2025 – DOM – CPREV 14/2024/DOM - Empreitada “Bnaut – Arronches Junqueiro”. 1.ª Prorrogação de prazo da empreitada / Delegação de competências**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 2;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 3;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documento anexo registado sob o n.º 4;
- d) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 5;

4

- e) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros (SMPCB), conforme documento anexo registado sob o n.º 6;
- f) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU), conforme documento anexo registado sob o n.º 7.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Presidente – Após cumprimentar todos os presentes, deu início à reunião. Chamou a atenção para o disposto no Regimento, esclarecendo, em especial para os que participavam pela primeira vez, que o mesmo contém um conjunto de obrigadoriedades que devem ser do conhecimento de todos, regimento esse que presumivelmente já havia sido distribuído. Esclareceu, ainda, quer ao público presente, quer aos Senhores Vereadores, que o período antes da ordem do dia tem a duração máxima de sessenta minutos, dispondo cada membro do executivo de cinco minutos para a sua intervenção, relativamente a cada uma das áreas. Concluídas estas notas iniciais, cumprimentou novamente as Senhoras e os Senhores Vereadores e informou que daria a palavra àqueles que entendessem fazer uso da mesma.

Sr. Vereador Paulo Maia – Cumprimentando todos os presentes, referiu que pretendia apenas deixar duas notas: uma relativa à situação que envolveu a Proteção Civil, no âmbito da depressão Cláudia, e outra de enquadramento sobre os elementos entretanto apurados e observados ao nível financeiro.

A depressão Cláudia, particularmente intensa no dia treze de novembro, constituiu um episódio de precipitação extrema, com fortes impactos no concelho de Setúbal, destacando-se a União das Freguesias de Azeitão como a zona mais afetada, com ocorrência de inundações, deslizamentos de terras e quedas de árvores.

Apesar da gravidade da situação e da pressão exercida sobre infraestruturas críticas, nomeadamente o Hospital de Nossa Senhora da Arrábida e o sistema de captação de água, a resposta municipal, coordenada através do Serviço Municipal de Proteção Civil e dos corpos de bombeiros, envolvendo a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, os bombeiros e os serviços municipalizados, foi rápida, coordenada e eficaz.

Foi declarado, pela Senhora Presidente da Câmara, o estado de alerta, com vista a garantir uma resposta célere e adequada às ocorrências registadas. Esta atuação permitiu controlar a maioria das situações em tempo útil, evitar danos mais graves em pessoas e em equipamentos estratégicos, bem como restabelecer as condições de segurança nas áreas críticas.

Não obstante, o evento evidenciou limitações ao nível dos meios disponíveis e a necessidade de reforçar a resiliência estrutural.

O balanço efetuado apontava para três prioridades fundamentais: o investimento em sistemas de drenagem e na estabilização de taludes, a atualização do mapeamento dos pontos críticos e o aprofundamento da cultura de prevenção junto da população.

Somando os impactos da depressão Martinho aos já provocados pela depressão Cláudia, tornava-se evidente a existência de um padrão meteorológico cada vez mais agressivo e recorrente naquele território. A repetição de fenómenos severos num curto espaço de tempo

4

expôs fragilidades já conhecidas e revelou novas vulnerabilidades que exigiam intervenção urgente.

Perante a elevada probabilidade de novos avisos meteorológicos adversos, a gestão municipal de emergência deveria evoluir de um modelo predominantemente reativo para um modelo contínuo de antecipação, preparação e reforço estrutural. As conclusões deste balanço deveriam, assim, orientar as decisões estratégicas nas próximas fases do ciclo de emergência.

Setúbal demonstrara capacidade de resposta; contudo, os desafios então colocados exigiam um salto qualitativo, nomeadamente ao nível do reforço da drenagem, da estabilização de taludes, da melhor gestão das linhas de água e dos equipamentos críticos, bem como da existência de um dispositivo operacional permanentemente ajustado.

O conhecimento adquirido com estas duas depressões, Martinho e Cláudia, teria de se traduzir em ação concreta, visando um concelho mais seguro, mais resiliente e mais bem preparado para fenómenos extremos que tudo indicava virem a tornar-se cada vez mais frequentes.

Referiu, de seguida, que iria dar nota da situação financeira, esclarecendo que a análise das contas municipais entre 2021 e 2025 revelava, de forma inequívoca, um cenário financeiro profundamente preocupante para o Município de Setúbal. Importava afirmá-lo com clareza: tal desequilíbrio não surgira por acaso, resultando de três processos decisivos — a transferência de competências na área da educação, a descentralização de competências para as Juntas de Freguesia e a criação dos Serviços Municipalizados de Setúbal — os quais acarretaram responsabilidades acrescidas, aumento da despesa e maior complexidade na gestão municipal, resultando, sobretudo, de decisões políticas e de gestão que não se revelaram acertadas.

No setor da Educação, o Município integrou aproximadamente quatrocentos e cinquenta trabalhadores e recebeu estabelecimentos escolares com décadas de atraso acumulado ao nível da sua manutenção. Teve oportunidade de constatar, em cada uma das escolas, o estado de degradação física em que o Governo do Partido Socialista transferiu para a Câmara Municipal, em 2022, os estabelecimentos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário.

As transferências financeiras do Estado revelaram-se manifestamente insuficientes face às necessidades existentes, obrigando a Câmara Municipal a suportar investimentos significativos, reforços de pessoal e encargos de manutenção, com impacto direto e permanente na despesa corrente, sem que tivesse sido assegurada qualquer garantia de receita que permitisse equilibrar esse esforço financeiro.

Relativamente às Juntas de Freguesia, referiu que a opção política de reforço das suas competências representava, à data, cerca de nove milhões de euros anuais em transferências financeiras. Contudo, esta aposta da CDU, que visava uma maior proximidade e capacidade de intervenção, não produziu os resultados esperados, bastando verificar a deficiente limpeza do espaço público e o descuido verificado em diversos espaços verdes, situação que contribuiu para um desequilíbrio financeiro muito grave. Acrescentou, ainda, que não tinham sido prestadas contas ao Município quanto à utilização de verbas de montante tão elevado, pelo que se tornava urgente a realização de uma auditoria rigorosa ao processo de descentralização para as Juntas de Freguesia.

No que respeita aos Serviços Municipalizados, a sua criação alterou profundamente a estrutura financeira da autarquia, tendo o Município deixado de arrecadar mais de dez milhões de euros anuais e sido obrigado a investir cerca de quatro milhões de euros na sua

4

implementação. A este cenário acrescia o pesado compromisso financeiro com a AMARSUL, que atingiria cerca de vinte milhões de euros no final desse ano, exercendo uma pressão direta sobre o orçamento municipal.

Nesse contexto, não podia ser ignorado um facto político relevante: havia sido tomada nesta Câmara, por unanimidade, a Deliberação n.º 466/2023, que determinava a cedência da posição contratual do Município aos Serviços Municipalizados, deliberação essa que não fora cumprida. Concretamente, tratava-se de registar nas contas dos Serviços Municipalizados, onde existia dotação orçamental para o efeito, os valores cobrados pela AMARSUL relativos ao tratamento de resíduos. Tal não foi efetuado pelo anterior executivo, nem devidamente fiscalizado pela oposição, incluindo por alguns Senhores Vereadores que afirmavam defender um escrutínio rigoroso.

Referiu que se encontravam, naquele momento, a trabalhar para que tal deliberação fosse finalmente executada, caso ainda fosse legalmente possível, deixando claro que defendiam a gestão pública da água e dos serviços integrados nos Serviços Municipalizados de Setúbal, mas com uma gestão financeira equilibrada, que não compromettesse nem a gestão da Câmara Municipal nem a dos SMS.

Por fim, salientou que se afigurava ainda mais alarmante o registo negativo do Município na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal.

Referiu, ainda, que a tentativa de retirar o registo do Município como utilizador de risco junto do Banco de Portugal tinha falhado, pelo que se iria, naquele momento, avançar com uma nova abordagem para corrigir a situação, a qual manchava a credibilidade financeira do Município e restringia o acesso a crédito, fator fundamental para a sua sustentabilidade financeira.

No que se refere às receitas, estas apresentaram crescimento entre 2021 e 2024, sobretudo graças ao IMT, aos fundos europeus e, em particular, ao PRR. Contudo, as reduções aplicadas no IMI, IMI Familiar e IRS retiraram cerca de vinte e dois milhões de euros à autarquia, uma medida politicamente popular, mas financeiramente desastrosa.

A despesa, por seu turno, aumentou de forma significativa, destacando-se um crescimento de quarenta e dois por cento nas despesas com pessoal, refletindo tanto decisões internas como imposições externas, bem como a integração de centenas de trabalhadores. O investimento municipal apenas ganhou expressão relevante graças ao PRR.

O indicador mais preocupante era a evolução da dívida a fornecedores: de vinte milhões de euros em 2021, passou para vinte e sete milhões em 2024, considerando o investimento realizado e o comprometido para execução, atingindo, em junho de 2025, quarenta e dois milhões de euros, sem que houvesse obra realizada que justificasse tal montante, para além do PRR. A dívida global do Município aproximava-se, nessa altura, dos cem milhões de euros.

Referiu que, apesar de terem assumido funções apenas no dia trinta e um do mês anterior, já era possível apresentar alguns valores concretos sobre a situação financeira do Município, destacando que as rubricas de financiamentos eram de trinta e três milhões de euros, sendo trinta e um milhões a fornecedores, sete milhões a fornecedores de investimento, um milhão ao Estado e entes públicos e um milhão a credores e subsídios não reembolsáveis, perfazendo um total de passivo corrente e não corrente de setenta e três milhões de euros, aos quais acresciam os Serviços Municipalizados de Setúbal, incluindo tarifa social e pluviais, de cerca de três milhões de euros, as transferências para as freguesias não concretizadas de dois milhões de euros e ainda um problema que estavam a apurar, as injunções sem sentença decretada, estimadas em vinte milhões de euros, crescendo ainda as injunções

que se encontravam em curso, com um sub-total de vinte e cinco milhões, que se somavam aos setenta e três milhões de euros já mencionados

Perante esta realidade, informaram que iriam avançar com uma auditoria financeira à gestão municipal relativa ao período de 2021 a 2025, bem como à Associação da Baía de Setúbal, onde também se detetavam desequilíbrios graves, salientando que Setúbal tinha potencial para crescer, mas não poderia continuar a fazê-lo à custa de desequilíbrios acumulados, sendo necessário garantir rigor, transparência e decisões políticas responsáveis, assegurando que a descentralização para as freguesias, os Serviços Municipalizados e a gestão das escolas não se transformassem num peso insustentável, reforçando ainda a necessidade de assegurar que o investimento não dependesse exclusivamente do PRR e que as decisões fiscais não comprometessem o futuro financeiro do concelho, sublinhando que tal responsabilidade cabia a todos os eleitos e às forças políticas representadas na Câmara Municipal.

Referiu que, em cada proposta e em cada decisão tomada por todos os presentes, deveria estar presente este contexto financeiro e o indispensável caminho de recuperação financeira, salientando que era de rigor e de responsabilidade, exigências de que o Município de Setúbal necessitava e que todos os cidadãos mereciam e exigiam, enfatizando que este diagnóstico não constituía apenas um balanço do passado, mas sim um ponto de partida para recuperar a credibilidade, restabelecer o equilíbrio e devolver a Setúbal a capacidade de investir, planear e crescer de forma sólida e sustentável.

Sra. Vice-Presidente – Cumprimentando todos os presentes, começou por referir que, voltando ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência para Portugal – e considerando a sua responsabilidade pela área da habitação pública, daquilo que lhe tinha sido possível verificar nos escassos quinze dias de mandato, constatava-se que, relativamente à construção de fogos novos, não tinha sido iniciado nem concluído qualquer projeto, não havendo, portanto, fogos novos construídos

Relativamente aos fogos requalificados ou recuperados, estes apresentavam um grande atraso, situação preocupante, uma vez que existia um prazo limite para a conclusão das obras, fixado para junho de 2026, e, genericamente, a execução situava-se entre trinta e cinco e quarenta e cinco por cento, ou seja, a meio do prazo as obras não estavam sequer concluídas em metade, o que gerava grande preocupação

Acrescentou que cada mês de atraso nas obras implicaria um decréscimo da participação do PRR, sendo que naquele momento a participação estava a cem por cento, mas com cada atraso iria reduzir-se, no primeiro mês em quinze por cento, e sucessivamente até quarenta por cento, de forma que, se o atraso se mantivesse, o Município só poderia contar com sessenta por cento da verba inicialmente prevista, situação que considerava grave e exigia atenção imediata para evitar perdas financeiras significativas do PRR.

Referiu que a situação apresentada dizia respeito ao que estava em curso, salientando que já tinham conseguido notificar os empreiteiros para apurar as causas do atraso e, se necessário, aplicar multas contratuais ou indemnizações, uma vez que não poderiam, de forma alguma, agravar o orçamento da Câmara com a redução de quarenta por cento das verbas, que representavam milhões de euros, apenas por incumprimentos dos prazos. Esclareceu que, embora pudessem ter existido outros atrasos por diferentes motivos, o atraso principal resultava das empresas contratadas para as empreitadas, que não estavam a cumprir os prazos estipulados.

4

Informou que, entretanto, já tinham ocorrido reuniões com outras entidades, mas que esse tema iria delegar para a Senhora Presidente, referindo-se a esta matéria no contexto do PRR e em continuidade com a preocupação orçamental mencionada pelo Vereador Paulo Maia. Concluindo com as matérias da área do Urbanismo, afirmou que, nesses quinze dias, constatou o que já era de conhecimento geral, ou seja, que o Urbanismo se encontrava com grande atraso nos procedimentos, agravado pelo facto de o sistema informático estar completamente obsoleto e não adaptado às alterações legislativas, especialmente no que respeita à desmaterialização de processos, tornando os procedimentos extremamente morosos e exigindo aos técnicos um esforço considerável, que podia multiplicar por quatro ou cinco o tempo necessário para a execução normal das tarefas.

Mesmo assim, referiu que conseguiu reunir, nesse período, com três empresas responsáveis por projetos de grande relevância para o concelho, destacando o Hospital da Luz, cuja ampliação duplicaria a capacidade de resposta nos cuidados de saúde, bem como a reformulação viária de um troço da Estrada Nacional 10, que, embora já desafetado, continuava a causar elevados níveis de trânsito, acidentes e outros problemas, tendo conseguido desbloquear essa parte do acesso e dar seguimento ao processo que se encontrava emperrado.

Referiu que também tinha reunido com o promotor dos cento e quarenta e cinco fogos de custos controlados, cujos lotes tinham sido alienados pela Câmara, e que se encontravam bloqueados devido à ausência de decisão, situação que, entretanto, já tinha sido resolvida e estava no caminho certo. Acrescentou que também tinha reunido com os investidores interessados na recuperação do Convento de Brancanes, cujo processo se encontrava igualmente emperrado, salientando que o Convento é um edifício estimado por todos em Setúbal, tendo conseguido desbloquear a parte que estava a dificultar a tramitação do processo.

Informou ainda que manteve reunião com a E-redes, dado que sempre existiram entraves nos processos do PRR, particularmente no que respeita ao realojamento das pessoas dos monoblocos, onde se verificava a falta de fornecimento de eletricidade, gerando novos atrasos e problemas. Acrescentou que solicitara uma reunião com a CCDR, relativa à transferência de património das escolas, sendo que esta reunião já estava agendada para o dia vinte e quatro. Por fim, referiu que teve oportunidade de reunir, na Área Metropolitana de Lisboa, com os técnicos da Câmara, para discussão dos atrasos do IRHU no âmbito do PRR.

Sr. Vereador Nuno Costa – Cumprimentando todos os presentes e os que assistiam à transmissão, referiu que iria fazer algumas notas, esclarecendo que a informação tinha sido transmitida de forma rápida, e começou por reconhecer que existiam questões previamente identificadas, nomeadamente no que respeitava à transferência do Estado, confirmando que havia um défice relativamente às transferências no âmbito da transferência de competências, correspondendo a alguns milhões de euros, facto que era justo reconhecer e que tinha sido identificado logo no início.

No que se refere à descentralização e aos argumentos trazidos relativamente à transferência de competências para as Juntas de Freguesia, referiu que o vereador Paulo Maia tinha afirmado que a medida era da CDU, o que considerou verdadeiro, mas exortou o vereador a consultar a assinatura constante nos autos e verificar quais eram as demais assinaturas, sublinhando que a sua própria assinatura estava presente, mas que seria útil analisar as restantes, reiterando que, apesar de tal, não tinha dúvidas de que a iniciativa fora da CDU.

Referiu que a CDU sempre defendeu o exercício destas competências com proximidade e, apesar de existirem alguns problemas pontuais que deveriam ser resolvidos, considerava que o modelo em si estaria correto. Acrescentou que, por vezes, parecia assistir-se a uma narrativa centrada nas dificuldades, utilizada para justificar determinadas opções, ações ou para criar headlines nos jornais, o que poderia facilmente enganar o observador mais distraído.

Sublinhou, porém, que a CDU também considerava necessário contextualizar a situação, lembrando que a dívida em questão certamente não fora contraída em apenas quatro anos, nem os sistemas se tornaram obsoletos nesse período, pelo que era preciso abordar estas questões com serenidade. Reconheceu que existia dívida e que esta deveria ser gerida, acrescentando que a gestão pública implica naturalmente a existência de instrumentos adequados para a gestão da dívida, os quais, no essencial, estavam disponíveis, permitindo à Câmara condições para a sua adequada administração.

Por fim, salientou que a situação financeira da Câmara Municipal sempre fora complexa e difícil, o que não se restringia ao último mandato, e que, portanto, cabia à gestão municipal aplicar todos os instrumentos à sua disposição para fazer face às responsabilidades que lhe competem.

Reforçou que, na sua ótica, não seria correto afirmar que todas essas situações se referiam apenas ao último mandato. Referiu ainda, relativamente à Amarsul, que a questão merecia uma pequena nota, explicando que a Amarsul tinha transferido a dívida a terceiros, nomeadamente à BFF, situação que não fora reconhecida, tendo dado origem a litígio, ou que estava em processo de resolução. Acrescentou que, naturalmente, a Câmara não poderia ter aceite tal situação, uma vez que alterava o teor da dívida da autarquia, configurando uma dívida financeira a fornecedor, matéria sujeita a legislação e jurisprudência específicas, pelo que não poderia ser aceite de ânimo leve.

Sublinhou que a decisão tomada pela Câmara, de encetar o litígio com a Amarsul para resolver o problema, foi adequada, concluindo que, no essencial, a Câmara dispunha dos instrumentos necessários para gerir a situação.

Sr. Vereador Fernando José – Cumprimentando todos os presentes e os que acompanhavam a transmissão em casa, iniciou por referir que, sendo esta a primeira reunião ordinária da Câmara Municipal, cabia neste momento — dado que não fora possível fazê-lo na reunião extraordinária — assinalar que os resultados eleitorais eram conhecidos e que a composição desta Câmara resultava da expressão livre dos setubalenses.

Esclareceu que os quatro vereadores do Partido Socialista, ali presentes em representação daqueles que neles votaram, exerceriam o mandato na oposição de forma responsável, apresentando propostas, e que a apresentação dessas propostas não deveria ser interpretada como uma atitude de bloqueio, mas sim como o exercício do trabalho da oposição.

Salientou que tal prática era perfeitamente normal, envolvendo a apresentação responsável de propostas, a crítica à ação do executivo sempre que necessário, mas também a contribuição positiva na formulação de soluções, com o objetivo de melhorar as deliberações submetidas à Câmara Municipal. Concluiu que era nesse espírito que os quatro vereadores do Partido Socialista desempenhariam o seu mandato, sendo que qualquer outra interpretação constituía apenas ruído.

Quanto à informação trazida pelo vereador Paulo Maia relativamente à tempestade Cláudia, que atingiu a cidade de forma súbita, referiu que mais do que a leitura de um documento, era

4

fundamental estar presente no terreno, valorizando e agradecendo a informação prestada e sugerindo que fosse enviada de forma mais detalhada posteriormente ao gabinete dos vereadores. Salientou que, naqueles dias, o essencial era a presença junto dos trabalhadores da Câmara Municipal, aos quais saudavam pelo trabalho desenvolvido, bem como junto dos trabalhadores das Juntas de Freguesia e dos Presidentes de Junta, da Proteção Civil, das Forças de Segurança, dos Bombeiros Sapadores e Voluntários, a todos os quais reconheceram o empenho demonstrado, trabalho que também se refletia no documento apresentado pelo vereador Paulo Maia.

Enfatizou que essa presença no terreno, em proximidade com todos os intervenientes, era fundamental. Referindo-se depois à questão financeira trazida pelo vereador, considerou que se tratava de uma narrativa que precisava de ser refletida em dados concretos, destacando que a indicação de que a dívida poderia ascender a cem milhões de euros era, de facto, motivo de grande preocupação.

Referiu que, relativamente ao que tinham conhecimento e sobre o que podiam pronunciar, com base nos documentos apresentados em reunião de Câmara, a dívida rondaria os cinquenta e nove milhões de euros. Contudo, salientou que a dívida em 2021 era de cinquenta e cinco milhões de euros, confirmando que o que o Senhor Vereador Nuno Costa tinha afirmado era correto. Destacou que o sistema da Câmara Municipal na área do Urbanismo, conforme mencionado pela Senhora Vereadora Maria do Carmo, não tinha ficado obsoleto de um dia para o outro, nem em quatro anos, sendo uma situação que se arrastava no tempo, proveniente de gestões anteriores, mas que, ainda assim, era preocupante.

Acrescentou que, quando o Senhor Vereador Paulo Maia mencionou que seria realizada uma auditoria ao mandato de 2021-2025, poderia informar de forma clara que os vereadores do Partido Socialista apresentariam uma proposta em reunião de Câmara para que a auditoria abrangesse também o mandato de 2017-2021, abrangendo assim dois mandatos. Salientou que a dívida não se circunscrevia apenas ao período de 2021-2025, mas tinha origem em gestões anteriores da CDU, com responsáveis identificáveis, pelo que era necessário clarificar a situação. Concluiu que, dado que o Senhor Vereador Paulo Maia havia levantado a questão da auditoria, essa clarificação seria então aprofundada.

Referiu que o anterior Presidente da Câmara Municipal, André Martins, tinha declarado publicamente que, ao assumir funções em 2021, tinha encontrado uma dívida “escondida”, não declarada, no valor de seis milhões de euros, dívida essa que não estava registada e cuja natureza deveria ser clarificada, sendo este um dos pontos a incluir na auditoria que seria promovida para apurar e esclarecer toda a situação.

Acrescentou que, conhecendo o que ocorreu nesse mandato e que contribuiu para o aumento da dívida, e atendendo ao que fora mencionado pelo Senhor Vereador Paulo Maia sobre a necessidade de rigor, responsabilidade e transparência, avançariam nesse sentido, preocupados com a informação apresentada nesse dia, nomeadamente com a referência a uma dívida global que poderia ascender a cem milhões de euros.

Para concluir, agradeceu a intervenção da Senhora Vereadora Maria do Carmo, manifestando preocupação e solicitando que a documentação relativa à requalificação da habitação pública municipal, no âmbito do PRR, fosse posteriormente enviada, tendo em conta que os atrasos verificados eram obviamente preocupantes e exigiam acompanhamento atento.

Para concluir a sua intervenção, referiu que não era necessária uma análise tão aprofundada por parte da Senhora Vereadora para se perceber que não tinham sido construídas habitações municipais em Setúbal, salientando que, aliás, há mais de duas décadas não se tinha construído uma única habitação municipal na cidade. Acrescentou que conheciam os

responsáveis e as posições adotadas ao longo desses anos, que consistiam, muitas vezes, em transferir responsabilidades para a administração central. Tratava-se de uma posição que respeitavam, embora não compartilhassem, uma postura que a CDU manteve ao longo do tempo, mas que refletia o funcionamento democrático.

Salientou que não era necessário realizar tantas reuniões ou análises no terreno para constatar que efetivamente não houve construção, pois isso era de conhecimento geral. Para finalizar, solicitou, através da Senhora Presidente ou do Senhor Vereador Paulo Maia, que lhe fosse possível obter informações relativas ao SIADAP, considerando que o Vereador Paulo Maia tinha responsabilidade sobre os Recursos Humanos. Pretendia, assim, conhecer o ponto de situação do SIADAP em 2025 e, dado que estavam a entrar em 2026, entender como se encontrava a contabilização dos objetivos.

Sr. Vereador Joel Marques – Cumprimentando todos os presentes e dirigindo-se à Senhora Presidente, referiu que o Senhor Vereador Paulo Maia tinha realizado uma avaliação exaustiva da situação financeira do Município, abordando também algumas das causas identificadas, nomeadamente aquelas relacionadas com a transferência de competências e a delegação de competências para as Juntas de Freguesia.

Assinalou que havia uma questão relevante, uma vez que o Senhor Vereador Paulo Maia mencionara a existência de transferências não executadas, correspondentes a valores financeiros sob responsabilidade do Município, a transferir no âmbito dos protocolos de delegação de competências para as Juntas de Freguesia, na ordem dos dois milhões de euros.

Salientou que, sendo a auditoria proposta considerada necessária para aferir efetivamente o grau de cumprimento dos protocolos, era igualmente importante identificar onde se verificava o incumprimento e qual a sua origem. Destacou que, caso o incumprimento resultasse da falta de transferência de verbas, tal configuraria um incumprimento do protocolo por parte do Município, podendo também ser considerado um fator potencial de futuras dificuldades. Referiu, como exemplo concreto, o impedimento comunicado no dia anterior a todas as Juntas de Freguesia quanto ao abastecimento das suas viaturas em Poçoilos, situação que contrariava o que estava definido nos protocolos de delegação de competências, segundo os quais cabia à Câmara Municipal o fornecimento de combustível às viaturas afetadas a cada área transferida.

Questionou qual seria a origem da decisão unilateral do Município de suspender o fornecimento de combustível às Juntas de Freguesia, quando, segundo o protocolo de delegação de competências, era claramente responsabilidade da Câmara Municipal assegurar esse fornecimento, e procurou compreender até que ponto os incumprimentos do Município no que se refere à transferência de verbas associadas à delegação de competências poderiam constituir uma causa potencial — e que, em alguns casos, consideravam ter sido efetivamente — da fraca execução dessas mesmas competências delegadas ao longo dos anos, lembrando que não sabia se já existia uma análise detalhada sobre esse ponto.

Sr. Vereador Bruno Russo – Cumprimentando todos os presentes, referiu que, sendo esta a sua primeira intervenção em Reunião de Câmara na qualidade de vereador, gostaria de começar por felicitar a Senhora Presidente da Câmara, bem como as Senhoras e os Senhores Vereadores eleitos, desejando a todos um bom mandato. Manifestou o desejo de

que todos possam contribuir de forma construtiva para a melhoria do concelho, colocando sempre, acima de tudo, os interesses de Setúbal, de Azeitão e dos seus municípios.

Prestou, a título informativo, breves notas sobre este início de funções, indicando que lhe foram atribuídas as áreas das obras municipais e do ambiente, pelouro que integra a maioria dos setores operacionais da Câmara Municipal. Referiu que, no âmbito das visitas efetuadas, foi encontrada uma Câmara Municipal desorganizada, com trabalhadores muito desmotivados e com reduzida capacidade operacional, designadamente por falta de materiais e pela existência de equipamentos, máquinas e viaturas avariados e/ou obsoletos.

Acrescentou que os edifícios e equipamentos públicos municipais apresentam uma visível falta de manutenção, verificando-se, nalguns casos, situações preocupantes, nomeadamente infiltrações, anomalias elétricas e problemas de humidade, bem como locais de trabalho sem condições dignas para quem neles exerce funções, em resultado da falta de conservação. Salientou ainda que, nos últimos anos, se verificou um desinvestimento na manutenção e nas instalações do património municipal, com prejuízo quer para as condições de trabalho e para os trabalhadores municipais, quer para o usufruto dos setubalenses e de todos os utilizadores dos equipamentos públicos municipais.

Referiu que consideravam que a Câmara Municipal dispõe de um quadro de trabalhadores competentes e comprometidos com o serviço público, acreditando que as dificuldades atualmente existentes seriam facilmente ultrapassadas.

Numa nota final, salientou que o Regulamento de Utilização de Veículos Municipais não estava a ser devidamente cumprido, encontrando-se, contudo, a ser adotadas medidas no sentido de assegurar o seu cumprimento, bem como de promover a melhor rentabilização possível das viaturas existentes.

Concluiu, referindo que eram estas as informações que pretendia partilhar na presente reunião.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Cumprimentando todos os presentes, referiu que, no mandato anterior, por diversas vezes, os Vereadores do PS haviam sido alertados por munícipes para o não funcionamento do elevador do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, situação que condicionava o acesso das pessoas idosas e com limitações físicas às zonas mais elevadas daquele espaço. Acrescentou que, se não estivesse em erro, na penúltima reunião do mandato anterior lhes tinha sido transmitido que a situação se encontrava resolvida; contudo, recentemente, foram surpreendidos com a informação de que o elevador continuava inoperacional, o que impediu muitos setubalenses, no Dia de Finados, de visitar os seus entes queridos. Nesse sentido, solicitou um ponto de situação, se possível.

Referiu ainda outra questão que pretendia assinalar à Senhora Presidente da Câmara, relacionada com as recentemente criadas salas de ensino estruturado. De acordo com a informação que lhes foi transmitida, estas salas teriam sido aprovadas, em agosto, pelo Ministério da Educação, constituindo espaços que concentram meios humanos e materiais, com vista a oferecer uma resposta educativa de qualidade. Acrescentou que, no âmbito desta medida, destinada a alunos com perturbações do espectro do autismo, foram abertas duas salas no Agrupamento de Escolas Lima de Freitas e duas no Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'ago.

Referiu ainda que a Câmara Municipal se havia comprometido a equipar estes espaços com mobiliário adequado e com todo o material pedagógico necessário, contudo, à data, as salas, apesar de terem iniciado atividade no arranque do ano letivo, continuavam sem se encontrar devidamente equipadas. Acrescentou que, de acordo com a informação que lhes foi

transmitida, os docentes se viam obrigados a recorrer a materiais de outras salas, bem como a utilizar materiais próprios, levados de casa, para poderem desenvolver o seu trabalho com as crianças.

Mencionou igualmente que a Câmara Municipal se tinha comprometido à instalação de um ponto de água, com lavatório, nas referidas salas, situação que, até à data, não se verificava, não tendo sido obtida qualquer resposta aos pedidos entretanto efetuados. Considerou que esta situação carecia de resolução urgente, de forma a assegurar o cumprimento do objetivo subjacente à criação das salas, que era o de garantir uma resposta educativa de qualidade.

Por último, alertou e solicitou a intervenção urgente da Senhora Presidente da Câmara relativamente à grave carência de assistentes operacionais na Escola Básica Luísa Todi. Reconheceu que a falta de assistentes operacionais constitui um problema transversal a várias escolas; contudo, naquela escola em particular, a situação estava a comprometer o normal funcionamento da mesma e a afetar a qualidade do serviço prestado aos alunos. Referiu que, devido a essa carência, a escola esteve encerrada no período da tarde nos dias 13 e 14, e no período da manhã do dia 18, para os 2.º e 3.º ciclos. Acrescentou ainda que a Biblioteca se encontrava frequentemente encerrada, em resultado da deslocalização de assistentes operacionais, bem como que algumas aulas de Educação Física não se realizavam pelo mesmo motivo

Referiu que os assistentes operacionais tendiam a ser quase invisíveis quando tudo funcionava normalmente, mas que, na sua ausência, se tornava impossível assegurar o regular funcionamento da escola. Salientou que quem trabalha no contexto escolar conhece bem a importância destes profissionais, essenciais para os alunos, para o trabalho dos professores e para a dinâmica da vida escolar. Acrescentou que desempenham múltiplas funções, designadamente a regulação dos recreios, onde a sua presença é fundamental para a vigilância e para a prevenção de situações críticas, como o bullying e outros episódios de violência, que têm vindo a assumir maior expressão.

Referiu ainda que a situação descrita estava a ter um impacto significativo na vida dos próprios assistentes operacionais, que se encontravam numa situação limite, bem como nos professores, nos pais e encarregados de educação e, sobretudo, nos alunos.

Concluiu, dirigindo um apelo à Senhora Presidente da Câmara, no sentido de que fosse alterada esta realidade, afirmando que não se podia permitir que questões dos adultos prejudicassem as crianças. Considerou ser fundamental ultrapassar as alegadas limitações e procurar fazer melhor, solicitando à Senhora Presidente que tentasse e que atuasse, sublinhando que o tentar é o primeiro passo para alcançar resultados e que a situação atual não podia manter-se.

Sr. Vereador Bruno Russo – Esclareceu, relativamente à questão levantada pela Vereadora Patrícia, que já se havia deslocado ao Cemitério da Paz, tendo tomado conhecimento de que o elevador se encontrava novamente inoperacional. Referiu que, após análise, constatou que o executivo anterior tinha procedido à reparação do equipamento; contudo, poucos dias após a sua utilização, os técnicos identificaram anomalias que comprometiam a segurança dos utilizadores, designadamente no circuito de chamada de pedido de assistência.

Devido a estas falhas, o funcionamento do elevador foi novamente suspenso. Informou que já tinham sido solicitadas responsabilidades à empresa responsável, através de emails, cujas cópias poderiam ser posteriormente fornecidas, lembrando que a empresa, na ocasião, tinha emitido um termo de responsabilidade sobre a funcionalidade do equipamento em condições adequadas. Contudo, face às questões de segurança detetadas, os serviços municipais

4

viram-se obrigados a impedir a utilização do elevador. Concluiu afirmando que, naquele momento, estavam a envidar esforços para resolver a situação.

Sra. Presidente – Solicitou, agradecendo aos Senhores Vereadores, que fosse prestada informação por parte do Executivo sobre as ações desenvolvidas no âmbito da tempestade Cláudia, destacando, em particular, as medidas e intervenções realizadas pelo Senhor Vereador na sua área de proximidade e nas ruas afetadas, relativamente aos danos e consequências provocados pelo evento.

Sr. Vereador Bruno Russo – Referiu que, durante todos os dias da ocorrência da tempestade, procurou contactar todas as entidades necessárias. Informou que tinha solicitado à sua equipa técnica, incluindo todos os diretores, que estivessem presentes, tendo estes assegurado presença contínua nos piores dias da catástrofe. Acrescentou que também tentou estabelecer contacto com as Juntas de Freguesia, com o objetivo de informar sobre a situação iminente e disponibilizar apoio. Destacou que todos estiveram sempre presentes e empenhados, realizando todas as ações necessárias para minimizar os impactos provocados pelo evento.

Sra. Presidente – Referiu que o esclarecimento se revelava importante, uma vez que nem todos podiam ter conhecimento da atuação desenvolvida, e que algumas Juntas de Freguesia, porventura, poderiam afirmar ter atuado isoladamente, sem apoio ou informação, situação que já se tornava recorrente. Destacou, assim, a relevância de registar que, de facto, houve um apoio incedível por parte dos autarcas, dos eleitos e dos técnicos da Câmara Municipal.

No que diz respeito às Juntas de Freguesia, referiu que tinha tomado conhecimento de que estas também estiveram ativamente no terreno, salientando que não se pretendia culpar qualquer entidade. Cada um atuou dentro das suas possibilidades e capacidades, sendo evidente que ninguém se manteve alheio ou indiferente à situação.

Sra. Vice-Presidente – Respondendo às questões colocadas pelos Senhores Vereadores, referiu que, efetivamente, quando afirmara que os equipamentos se encontravam obsoletos, tal correspondia à realidade. Esclareceu que a obsolescência se devia, nomeadamente, ao facto de os sistemas não terem sido adaptados à legislação vigente e ao novo Plano Diretor Municipal (PDM). Sublinhou que tal adaptação não poderia ter sido efetuada antes, devendo ter sido realizada nos últimos dois anos.

Informou que, atualmente, confrontava-se com um departamento que necessitava obrigatoriamente de um sistema informático a funcionar em janeiro de 2026, desconhecendo como tal seria resolvido, dado o curto prazo de cerca de um mês e meio. Salientou que a responsabilidade pela situação não cabia à equipa atual, presente há quinze dias, mas sim à gestão anterior, há dois anos, deixando claro esse ponto para esclarecimento.

Acrescentou ainda que, nas pesquisas que realizou, constatou que, em 2021, havia uma requisição assinada pela então Senhora Presidente da Câmara para aquisição de um software destinado a integrar dois sistemas existentes, que não funcionavam devido à ausência de ligação entre eles. O valor do software ascenderia a cerca de quarenta mil euros, mas, segundo verificou, o processo não havia sido concretizado, permanecendo arquivado.

Esclareceu que a sua observação se prendia apenas com os aspetos anteriormente referidos. Quanto à questão de percorrer o terreno e às casas novas, referiu que tinha conhecimento de

5

que a última construção de habitações ocorrera ainda na época do PER, sendo esse o último período em que se dispunha de financiamento para construção de habitações. Sublinhou que, nos anos seguintes, não houve verbas disponíveis para esse fim, pelo que não se poderia atribuir ao anterior Executivo, à exceção daqueles últimos anos, a responsabilidade por construir casas novas.

Destacou que, nesse período, apenas tinham existido financiamentos e projetos comunitários específicos. Acrescentou ainda que todas as reuniões que realizou, tal como toda a sua equipa, foram pautadas pelo diálogo, pela concertação e pelo envolvimento das instituições. Esclareceu que, ao chegar à Câmara, não podia atribuir toda a responsabilidade apenas à autarquia, sendo necessário contactar as instituições competentes, como o IHRU, para apurar de quem dependiam determinadas decisões ou responsabilidades. Concluiu que a sua atuação se pautava, portanto, pelo princípio da concertação e do diálogo com todos os intervenientes.

Sra. Presidente – Referiu que possuía algumas informações relevantes sobre a Escola Básica Luísa Todi, começando por esclarecer que a escola cumpria os rácios estabelecidos. Sublinhou que algumas questões que circulavam, incluindo abaixo-assinados, não refletiam a realidade, uma vez que a escola, à data, mantinha os rácios previstos, estando a equipa presente naquele local há quinze dias.

Comentou que a intervenção da Senhora Vereadora transmitia a impressão de experiência prolongada no cargo, mas reforçou que a sua equipa estava a tentar e a atuar efetivamente desde os primeiros quinze dias de mandato, procurando soluções concretas. Especificou que os rácios da escola correspondiam a cinquenta e quatro assistentes operacionais e dez técnicos, sendo que, nesse momento, o agrupamento dispunha de cinquenta e seis assistentes operacionais, mais dois do que o definido, devido à abertura de um Centro de Apoio à Aprendizagem.

Destacou que a escola, historicamente, sempre teve um funcionamento muito bom, com corpo docente de elevada qualidade e uma direção de agrupamento competente. Recordou que a escola tinha sido construída na sua época de mandato, como uma escola nova integrada, e que sempre funcionou de forma eficiente, sob a direção do Professor António Batista, que, entretanto, se aposentou recentemente. Considerou, por isso, estranho que, coincidindo com a aposentação do professor António Batista, a escola começasse a enfrentar problemas, sublinhando que tal situação era atípica.

Referiu que, em diversas ocasiões, a escola comunicava no próprio dia se estaria encerrada à tarde ou de manhã, o que considerava muito estranho. Salientou que a DGESTE – Direção-Geral dos Equipamentos Escolares – normalmente mantinha contacto com a Câmara Municipal, informando previamente sobre situações que pudessem afetar o funcionamento das escolas, possibilitando assim a reorganização de recursos humanos, como a cedência de técnicos ou assistentes de outros agrupamentos, para garantir que as escolas não fechassem.

Assinalou que, desta vez, tal comunicação não ocorreu, o que considerava incomum, ainda mais tendo em conta que na direção da DGESTE estava um militante do Partido Socialista de Setúbal. Considerou estas circunstâncias coincidências muito estranhas, que pretendia levar ao conhecimento do Senhor Ministro da Educação, aproveitando a reunião já solicitada para tratar de questões relacionadas com a construção e reabilitação das escolas.

4

Deu também conhecimento aos Senhores Vereadores e aos pais presentes que o Município havia formalizado uma candidatura junto do IEFP, pelo que, na segunda-feira seguinte, seriam atribuídas duas pessoas adicionais a esse agrupamento. Acrescentou que, segundo informação obtida na documentação do dia anterior, havia treze pessoas em situação de incapacidade para estarem ao serviço, algo que, segundo frisou, nunca tinha acontecido anteriormente. Reforçou que não se tratava de contestar a existência de pessoas incapacitadas, mas sim da estranheza de não terem sido encontradas soluções que evitassem o encerramento da escola durante manhãs ou tardes, considerando estas coincidências, de facto, muito estranhas.

Referiu que a equipa estava ali para assumir responsabilidades, estando presente há quinze ou dezasseis dias, mas que se comprometeriam a resolver a situação preocupante, seja na Escola Luísa Todi ou em qualquer outra escola que viesse a enfrentar problema semelhante. Relativamente às questões colocadas, a Senhora Presidente informou que os assuntos relacionados com o Cemitério da Paz já tinham sido respondidos. Quanto às condições das salas destinadas a crianças com perturbações do espectro do autismo, afirmou que seriam verificadas as necessidades remanescentes, lembrando que, ainda nos executivos anteriores, muitas dessas salas já haviam sido apetrechadas, e que tinham sido constituídas novas salas de aula para responder a esta realidade crescente, dado que o número de crianças com necessidades específicas nesta área tem vindo a aumentar em várias escolas.

No que se refere ao sistema informático obsoleto, a Dra. Maria do Carmo havia referido que a Senhora Presidente anterior tinha deixado uma requisição para aquisição do novo sistema, destinada a substituir o equipamento obsoleto, mas que esta requisição acabou por ser anulada. Frisou que, nos últimos quatro anos, e considerando alterações legislativas previstas, a então Presidente havia previsto a situação e deixado a requisição para que a nova compra fosse efetuada.

Dirigindo-se ao Senhor Vereador Nuno Costa, observou que este devia ter interpretado mal a situação, uma vez que a última transferência de competências não havia sido assinada por si, e os autos de transferência de competências não tinham sido passados pelo Vereador para o montante de nove milhões de euros.

Referiu, com ironia, que apenas se a sanidade mental estivesse comprometida é que teria assinado a transferência de nove milhões de euros, observando que os resultados desse processo eram visíveis. Acrescentou que, caso o Vereador desejasse verificar, poderia constatar que o trabalho realizado ficava muito aquém do valor da transferência de competências, não tendo qualquer correspondência com os nove milhões de euros referidos.

No que respeita à dívida, reconheceu que esta tinha origem em exercícios anteriores, recordando que, em 2021, ainda se encontrava em pagamento o contrato de reequilíbrio financeiro do Partido Socialista.

Esclareceu ainda que, na prestação de contas de 2021, divulgada em abril de 2022, constava na capa do jornal “Setubalense” e nos documentos existentes na Câmara, um saldo positivo de aproximadamente três milhões e quatrocentos mil euros, resultante da gestão realizada sob a sua presidência. Salientou que estes dados não eram inventados nem falsificados, tendo sido entregues à DGAL e aos tribunais competentes.

Adiantou que existia dívida corrente e dívida de médio-longo prazo, sendo que esta última correspondia, em parte, ao contrato de reequilíbrio financeiro deixado pelo Partido Socialista. Disse que, embora a dívida corrente tivesse sido devidamente apresentada, permanecia a dúvida sobre como, em quatro anos, se teria passado de cerca de cinquenta milhões para cem milhões, somando-se mais cinquenta milhões à dívida anterior.

Referiu que os valores pagos com recurso ao PRR não estavam incluídos na dívida, como todos bem sabiam, reforçando que tal devia ficar registado para conhecimento público.

Quanto ao litígio da Amarsul, tratava-se, segundo a Senhora Presidente, de uma dívida efetivamente “escondida”. Recordou que o Vereador os havia informado de que o Presidente anterior teria mencionado uma dívida escondida de seis milhões de euros. Questionou os serviços municipais sobre a localização dessa dívida, tendo sido realizada uma procura sem que a dívida de seis milhões tivesse sido localizada.

No entanto, verificou-se que existiam, em documentação, dezassete milhões de euros relativos à Amarsul, montante que não estava registado no orçamento dos Serviços Municipalizados, como deveria estar, uma vez que eram esses serviços que recebiam os valores provenientes do serviço de recolha de resíduos. Referiu que, numa reunião de Câmara, tinha sido aprovada por unanimidade uma decisão determinando que a Amarsul assumisse essa dívida, o que nunca ocorreu, sendo este o verdadeiro conceito de dívida escondida. Acrescentou que a dívida também não constava do orçamento da Câmara, já que a Amarsul entregava os valores a um fundo, mas quem efetivamente estava a pagar era a Câmara.

Assinalou ainda outra categoria de dívida escondida, relativa a uma série de injunções, que totalizavam cerca de vinte e cinco milhões de euros. Salientou que se tratava de montantes significativos, desde valores muito baixos até cerca de mil euros, todos documentados em relatórios, e que não estavam incluídos em qualquer orçamento, uma vez que as injunções não constavam das previsões orçamentais. Concluiu afirmando que todas estas situações seriam objeto de apuramento nas auditorias.

Deixando outras informações, referiu que tinham realizado diversas reuniões com os funcionários da Câmara e com os dirigentes, bem como com todos os trabalhadores com quem foi possível reunir até ao momento, não tendo sido ainda possível fazer o mesmo com os trabalhadores das escolas. Informou que já tinham reunido com cento e oitenta e cinco serviços e mil quinhentos e sessenta trabalhadores, estando em falta apenas os trabalhadores escolares, com os quais pretendiam conversar durante a paragem letiva, para identificar problemas, apresentar os Vereadores e esclarecer as respetivas áreas de responsabilidade. Acrescentou que também faltava reunir com os Serviços Municipalizados, para ouvir os profissionais que ali desempenham funções.

Independentemente disso, informaram que tinham solicitado reuniões junto dos Ministérios para tratar de diversas questões. A primeira dessas reuniões realizou-se naquele dia com o Ministro das Infraestruturas e Habitação, abordando a construção de nova habitação pública e os processos de candidaturas ao PRR que não tinham obtido despacho favorável e se encontravam pendentes. Foi garantido que, no encerramento dos processos do PRR relativos ao projeto 20-30, estas candidaturas seriam contempladas, incluindo cerca de mil fogos do IHRU que passariam para a responsabilidade da Câmara, bem como os fogos propostos pela Câmara Municipal (quinhentos fogos) e pelo ACM/YMCA (oitenta e oito fogos), entre outros.

Em relação às reabilitações, a Senhora Vereadora já havia abordado os prazos do IHRU, destacando incumprimentos reconhecidos devido a dificuldades internas dos serviços, e foi recebida uma promessa por parte do Ministro de ultrapassar esses prazos. Foram também tratados assuntos relativos à estabilização da encosta do Forte de São Filipe, às acessibilidades à Península da Mitrena, à alternativa à N10 em Azeitão, ao alargamento da Ponte Seca (com projeto já concluído) para as praias do Sado, ao acesso alternativo às Praias do Sado desde a Estrada Nacional 10-8, à situação do rochedo da Arrábida que se

4

encontra em risco e cuja responsabilidade é do Estado, bem como à substituição do troço da linha férrea do Sado por uma linha de metrobus.

No âmbito do futuro Campus de Justiça, foram ainda abordadas questões relativas à requalificação da frente ribeirinha de Setúbal, à Marina e à reabilitação da Doca de Pesca Profissional. Referiu que houve uma boa aceitação por parte do Ministério relativamente a todas estas questões e que, assim que regressaram de Lisboa, todos os serviços responsáveis por estas áreas foram incumbidos de desenvolver os pedidos e medidas solicitadas pelo Ministério, acompanhando o seu cumprimento e desenvolvimento.

Sr. Vereador Nuno Costa – Dirigindo-se à Senhora Presidente, referiu que não acompanhava as suas palavras relativamente ao estado de saúde, mas observou que os autos de transferência tinham sido aprovados em junho de 2021. Acrescentou que as restantes considerações da Senhora Presidente seriam da sua responsabilidade, reconhecendo, contudo, que iam ao encontro do que tinha sido anteriormente referido, ou seja, de decisões de um mandato que tinham transitado para o seguinte, com as respetivas implicações, reforçando que estavam de acordo com essa perspetiva.

No que se refere a algumas matérias abordadas, salientou que o compromisso relativo à nova habitação já havia sido assumido com o executivo anterior, tendo o Governo informado, na altura, que não seria possível integrar esses projetos no PRR, por este estar esgotado, mas que se recorreria ao Banco Europeu de Investimento para dar seguimento à construção. Esse fora o compromisso assumido pelo Ministro com o executivo anterior.

Quanto à dívida da Amarsul, observou que esta havia sido passada a terceiros, situação que a Câmara não podia aceitar. Considerou estranho, mas frisou que o litígio era público e que se encontrava nos Julgados de Paz ou no Tribunal Arbitral, pelo que não percebia como poderia ser considerado uma dívida escondida, considerando que não se tratava da abordagem correta.

Relativamente às questões das Juntas de Freguesia, referiu que a decisão de enviar um email proibindo o abastecimento, algo que constava nos autos de transferência e que era da responsabilidade da Câmara, equivaleria a uma rescisão unilateral do auto de transferência, o que, como era do conhecimento de todos, seria impossível e ilegal.

Acrescentou uma nota relativa à decisão tomada sem prévia reunião com os Presidentes de Junta, referindo que se tratou apenas de uma comunicação de um dia para o outro, o que impossibilitou qualquer Presidente de Junta de, por exemplo, abrir um procedimento concursal para resolver a situação. Esclareceu que tal ato estava assinado pela Senhora Presidente Maria das Dores Meira, constando claramente nos documentos a responsabilidade da Câmara, salientando que não poderia ser executado unilateralmente e questionando a forma como as Juntas de Freguesia receberam os e-mails nesse contexto. Dirigiu ainda uma pergunta ao Senhor Vereador Bruno Russo, solicitando esclarecimentos sobre como este havia contactado as Juntas de Freguesia, para que a matéria ficasse devidamente esclarecida.

No que se refere às Assistentes Operacionais nas escolas, salientou que era necessário rever a forma como as baixas e os trabalhos moderados eram contabilizados nos rácios, dado o atual nível de proximidade da Câmara com o Governo da República. Enfatizou que deveria existir um mecanismo de compensação, pois, embora a Câmara pudesse cumprir formalmente os rácios, muitas pessoas em situação de baixa continuavam a ser contabilizadas, mas não estavam efetivamente ao serviço. Frisou que esta questão precisava



de ser tratada de forma estruturada com o Governo, para assegurar que os rácios refletissem a realidade operacional e que as escolas pudessem funcionar corretamente.

Referiu que já tinha sido abordada a questão da Amarsul e da dívida associada, salientando que existia uma elevada quantia desta dívida que se encontrava vinculada a investimentos, sem entrar em detalhes numéricos por não ter os valores apurados. Acrescentou que, apesar da Senhora Presidente afirmar que não existiam tais investimentos, estes permitiriam a inauguração, nos dois anos seguintes, de várias obras significativas, nomeadamente o Centro Escolar Barbosa do Bocage, o Pavilhão das Manteigadas, o Centro de Saúde da Bela Vista, o Mercado de Azeitão e o Polo Cultural em Azeitão.

Sublinhou que se tratava de um conjunto de investimentos que seriam devidamente inaugurados, no cumprimento das funções da Câmara, e que estavam diretamente relacionados com opções anteriores de gestão. Concluiu que, por essa razão, afirmar que não se sabia onde estavam esses investimentos não lhe parecia correto.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que a Vereadora Patrícia Paz levantou uma questão, reconhecendo que o executivo em funções havia assumido funções há apenas quinze dias, pelo que não se tratava de qualquer crítica à Senhora Presidente nem ao executivo, dado que, nesse curto período, era impossível resolver todas as questões de imediato. Esclareceu que, caso a Senhora Presidente tenha interpretado de outra forma, tal interpretação estaria incorreta.

Explicou que a intervenção constituía apenas uma chamada de atenção para uma situação concreta no terreno. Observou que a Senhora Presidente mencionara o cumprimento do rácio, atribuindo a responsabilidade à direção da escola ou, eventualmente, a um militante do Partido Socialista, Diretor da DGESTE, alegadamente sem responsabilidade.

Salientou que, ao contrário do mencionado, entre o período em que a Senhora Presidente esteve à frente da Câmara e o presente momento, ocorreu uma alteração significativa: houve uma transferência de competências nas áreas da educação, da saúde e da habitação social para a Câmara Municipal. Dessa forma, a responsabilidade relativa às Assistentes Operacionais passou a ser da própria Câmara Municipal, e não de outros intervenientes.

Referiu que compreendia que a Senhora Presidente ainda não tivesse tido tempo, assim como os Senhores Vereadores, para dar resposta às questões levantadas, salientando que estavam a trabalhar nisso. Observou que, aliás, já tinha sido dada uma resposta preliminar indicando que o IEFP iria disponibilizar dois trabalhadores para colmatar a situação, reconhecendo que este era um caminho, mas ressaltando que, embora o rácio previsto fosse de cinquenta e quatro, na prática, quando os profissionais se encontravam em baixa médica, esse rácio deixava de existir, pois não havia pessoas efetivamente ao serviço.

Esclareceu que não pretendia atribuir culpas, mas frisou que a Vereadora Patrícia Paz tinha levantado as questões com responsabilidade e em espírito de alerta, sendo essa a intenção das intervenções da oposição: colaborar para o correto funcionamento da autarquia.

Para finalizar, deu nota de que a alteração realizada ao protocolo de delegação de competências, comunicada às Juntas de Freguesia, era considerada ilegal pelo PS. Sublinhou que tal alteração deveria ter sido submetida à reunião de Câmara e solicitou à Senhora Presidente que revisse a situação, anulando o que considerava ilegal, e que quaisquer alterações futuras deveriam obrigatoriamente passar pela Câmara Municipal e, posteriormente, pela Assembleia Municipal, dado que essas competências pertencem à Câmara.

4

Sra. Presidente – Dirigindo-se ao Senhor Vereador Nuno Costa, referiu, com tom irónico, que este era mais jovem, mas deveria estar muito mais debilitado. Concluiu a intervenção nesse ponto, afirmando que ficavam por ali.

Sr. Vereador Nuno Costa – Respondeu esclarecendo que havia afirmado apenas que não acompanhava as considerações feitas pela Senhora Presidente, reiterando que em momento algum lhe havia dirigido qualquer chamamento ou ofensa.

Sra. Presidente – Retorquiu ao Senhor Vereador que este sabia perfeitamente a que chamamento se estava a referir.

Sr. Vereador Nuno Costa – Reiterou que havia afirmado apenas que não acompanhava as considerações da Senhora Presidente relativamente ao seu estado de saúde, esclarecendo que a Senhora Presidente baseara a sua intervenção numa premissa incorreta, uma vez que em nenhum momento foram chamados nomes a alguém.

Sra. Presidente – Indicou que, relativamente aos autos de transferência de competências, o valor assinado por si em julho não correspondia a nove milhões de euros, mas sim a cinco milhões, novecentos e sessenta mil euros, conforme constava no auto, e não a uma conta anual de cento e vinte mil euros. Esclareceu que o corte no fornecimento de combustível às Juntas seria efetuado até que se realizasse uma reunião com as mesmas, de forma responsável e com os documentos necessários, sublinhando que não se tratava de “jogadas”, mas de procedimentos formais que seriam demonstrados às Juntas de Freguesia.

Referiu que, na próxima reunião, esperava já ter todos os elementos organizados, considerando que até ao dia anterior tinham sido realizadas reuniões com todos os serviços para ordenar os processos e garantir que os serviços funcionassem adequadamente, pois só assim poderiam prestar apoio às Juntas de Freguesia. Saliu, contudo, que quando as Juntas já tinham apresentado pedidos à Senhora Presidente, estes eram resolvidos rapidamente, exemplificando com o caso de São Sebastião, cuja questão foi solucionada no dia seguinte.

Referiu que, relativamente à Junta de Freguesia da União das Freguesias, já existira um contacto imediato do Vereador Bruno Russo, estando cientes do que estava em causa. Saliu que uma coisa eram os partidos e as pessoas, e que não recebia lições de ninguém, recordando que, em ocasiões anteriores, resolvera rapidamente questões com pessoas com quem não mantinha diálogo direto, inclusive à frente do Vitória, em minutos ou segundos.

No que dizia respeito às Juntas de Freguesia, frisou que não se tratava da filiação partidária dos presidentes, mas sim de atender às necessidades dos moradores da freguesia. Referiu que a preocupação não era com o Presidente, mas com todos os fregueses, independentemente de quem os representasse. Garantiu que haveria reunião o mais brevemente possível para tratar das questões urgentes.

Destacou que houve uma intervenção muito séria em relação às freguesias, recordando que existia um gabinete de trabalho específico com as Juntas. Mencionou que trabalhou com freguesias da CDU, do PSD e do PS, sempre tratando todos de forma igual, sem distinção partidária, mantendo excelentes relações com os presidentes de junta, incluindo os do PS e do PSD em São Julião. Concluiu afirmando que não havia lições de moral a receber, e que os presidentes de junta tinham toda a responsabilidade e o devido respeito pelo papel que desempenhavam, representando a vontade do povo.

4

Referiu que, quanto a essa matéria, não havia questões pendentes. No dia anterior, tinha sido novamente formado o Gabinete das Juntas de Freguesia, recordando que, durante o seu mandato como Presidente, já existira um gabinete que acompanhava de perto o trabalho das Juntas. Esse gabinete contava com vários responsáveis diligentes, que trabalhavam em estreita colaboração com a Câmara, faziam a ponte com as freguesias, acompanhavam o trabalho no terreno e analisavam as contas trimestralmente.

Observou que, no mandato anterior, ninguém tinha acompanhado as contas de forma sistemática, não havendo prestação de contas adequada relativamente aos nove milhões de euros. Mencionou que algumas freguesias enviavam as contas periodicamente, enquanto outras não apresentavam qualquer informação, pelo que era necessário esclarecer onde estava o dinheiro.

Esclareceu que no auto de transferência não constava a gasolina destinada a veículos particulares, mas sim o combustível das máquinas e tratores. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Nuno Costa, afirmou que, antes de se indignar, deveria questionar onde tinha sido gasto esse combustível, citando como exemplo carros particulares e autocarros da Junta de Freguesia de São Sebastião.

Questionou se todo o valor, incluindo os cento e vinte mil euros mencionados, destinava-se exclusivamente ao trabalho. Salientou que era necessário fazer as contas, analisar detalhadamente e discutir quais os consumos referentes às máquinas. Explicou que, além do abastecimento dos veículos, incluindo os utilizados pelo executivo, também tinham sido fornecidos combustíveis a granel, indispensáveis para o funcionamento das máquinas de trabalho.

Manifestou, assim, a disponibilidade para reunir com a Junta de Freguesia, a fim de apresentar toda a informação detalhada, permitindo verificar de forma clara e transparente o que foi gasto e o que não foi, e, dessa forma, aferir corretamente o montante de cento e vinte mil euros.

Sr. Vereador Paulo Maia – Referiu que pretendia fazer uma retificação ao Senhor Vereador Nuno Costa, esclarecendo que a informação anteriormente transmitida ou estava incorreta ou havia sido mal interpretada. Esclareceu que não tinha sido feita qualquer proibição de abastecimento, mas sim a suspensão temporária do mesmo. Acrescentou que o email enviado continha a razão pela qual a suspensão havia sido determinada e que, caso não tivessem recebido todas as explicações, estas deveriam ter sido prestadas. Reforçou, assim, que não houve proibição, apenas suspensão, procedendo à devida retificação.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que, retomando um pouco os assuntos anteriores, gostaria de agradecer as explicações prestadas pelo Senhor Vereador Bruno Russo sobre a sua intervenção durante os dias de intempérie. Contudo, esperava ter ouvido algumas explicações do Senhor Vereador Paulo Maia, que, tanto quanto sabia, detinha o pelouro da proteção civil e certamente teria tido participação ativa nesses dias, assim como na prevenção dos efeitos da intempérie.

Dirigindo-se à Senhora Presidente, no que respeitava à suspensão do abastecimento de combustível em Poçoilos, recordou que, de acordo com os protocolos de delegação de competências, a responsabilidade pelo fornecimento de combustível às viaturas afetadas às áreas transferidas era da Câmara Municipal. Explicou que, por exemplo, na limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, era necessário abastecer a maquinaria para realizar

4

as intervenções, uma vez que os trabalhadores não transportavam as máquinas manualmente, mas estas deslocavam-se em viaturas que precisavam de combustível. Acrescentou que, se no passado se verificaram abusos, isso não era colocado em causa; salientou que a auditoria previamente prometida permitiria identificar de forma objetiva eventuais abusos, determinando quem os cometeu e em que circunstâncias.

Referiu que a suspensão imediata do abastecimento de viaturas das Juntas de Freguesia, quando tal abastecimento decorria dos contratos de transferência de competências, comprometia a capacidade das freguesias em responder eficazmente às necessidades dos seus territórios e da população. Salientou que se verificava uma inversão do procedimento adequado: considerava que primeiro deveria haver uma reunião com as freguesias que eventualmente tivessem incumprido as suas obrigações ou abusado do abastecimento de combustível, permitindo acordos prévios e só depois, em caso de persistência dos abusos, aplicar uma suspensão.

Alertou que a medida adotada constituía uma penalização antecipada, equiparando-a a uma condenação antes da sessão de julgamento e antes de ouvir o réu, considerando essa abordagem abusiva e contrária ao procedimento recomendável.

Acrescentou que permanecia expectante quanto às razões para a não execução das transferências de dois milhões de euros às freguesias, questionando se a ausência dessas verbas comprometia a execução das competências transferidas e, conseqüentemente, a sustentabilidade financeira das freguesias, sobretudo das de menor dimensão, que possuem receitas próprias reduzidas e dependem do município para cumprir os compromissos decorrentes da delegação de competências.

Sr. Vereador Nuno Costa – Solicitou fazer uma interpelação, explicando que se tinha inscrito previamente, mas que a palavra lhe fora concedida ao Vereador Paulo Maia. Referiu que, na ocasião anterior, por se seguir à intervenção da Senhora Presidente, esta o tinha mandado calar, afirmando que falaria apenas quando lhe fosse dada a palavra, a qual aguardou serenamente. Recordou que, entretanto, a palavra fora dada ao Vereador Joel e, posteriormente, voltara a ser concedida ao Vereador Paulo Maia.

Sra. Presidente – Respondeu que a palavra havia sido concedida ao Vereador Paulo Maia com o objetivo específico de esclarecer uma determinada questão.

Sr. Vereador Nuno Costa – Indicou que também desejava esclarecer determinados assuntos e, por isso, era necessário respeitar a ordem de inscrição para a intervenção.

Sra. Presidente – Respondeu afirmativamente que iria proceder ao esclarecimento, confirmando: *“ia esclarecer, sim senhor”*.

Sr. Vereador Nuno Costa – Indicou que, sobretudo, a lei estabelecia que a concessão da palavra deveria ser alternada entre as diferentes bancadas, sendo esse o procedimento a observar.

Sra. Presidente – Reiterou que iria proceder ao esclarecimento, mas que, nesse momento, a palavra seria concedida ao Vereador Paulo Maia.

Sr. Vereador Nuno Costa – Indicou que a Senhora Presidente poderia agir conforme entendesse, mas que tal procedimento não era considerado correto.

Sr. Vereador Paulo Maia – Referiu que desejava apenas dar nota de duas questões: em primeiro lugar, que o executivo contava com quatro vereadores com funções executivas, sendo que o Vereador Bruno se encontrava a tratar das questões no terreno e o Vereador Paulo Maia atuava na operacionalização, em colaboração com a proteção civil. A partir dessa organização, fora elaborado um relatório, conforme solicitado pelo Senhor Vereador Fernando José, que seria disponibilizado aos vereadores, contendo vinte e oito páginas, permitindo-lhes verificar todos os detalhes posteriormente.

Em segundo lugar, esclareceu a razão pela qual alguns valores não haviam sido transferidos: a responsabilidade não era deste executivo, mas decorria do facto de não terem sido prestadas contas, conforme previsto no protocolo de delegação de competências. Apenas as Juntas que tinham cumprido a prestação de contas receberam a transferência, como indicado pela Senhora Presidente, que mencionara que uma junta já tinha prestado contas e recebido os valores correspondentes.

Sr. Vereador Nuno Costa – Dirigindo-se à Senhora Presidente, referiu que tinha a certeza de que, durante o mandato anterior, pelo menos uma prestação de contas tinha sido efetivamente realizada, pois tinha acompanhado pessoalmente esse processo. Reconheceu não saber o que se passou antes ou depois, mas afirmou com segurança que, na sua passagem por aquele período, pelo menos uma prestação de contas fora cumprida.

Esclareceu, ainda, o Vereador Paulo Maia, quanto à questão da suspensão: para suspender, seria necessário proibir o abastecimento durante determinado período, pelo que, nesse contexto, suspender equivalia a proibir. Considerou que a Senhora Presidente interpretou mal as suas palavras ao ter chamado de “doente”, reiterando que apenas dissera que não acompanhava a avaliação apresentada e que o auto datava de junho de 2021.

Explicou que o que fora feito posteriormente consistiu numa reavaliação do valor, considerando as UFT's (Unidades Funcionais de Trabalho) e os salários correspondentes. Esclareceu que essa reavaliação foi proposta pela própria Câmara Municipal, e não pelas Juntas de Freguesia, estando presente a pessoa responsável por apresentar a proposta às Juntas, que contemplava a subida salarial e outros elementos não incluídos no valor inicial das unidades funcionais de trabalho.

Esclareceu que o que tinha sido realizado consistiu exclusivamente na reavaliação do valor por cada Unidade Funcional de Trabalho, não implicando qualquer extensão de competências, atribuição de novas competências ou alterações nesse sentido. Reiterou que o auto em questão datava dessa altura e tinha sido devidamente assinado nesse período.

Sra. Presidente – Questionou o Vereador sobre a correção de se estar a falar em nove milhões de euros, e o Senhor Vereador referir-se à pessoa da Presidente como tendo assinado o auto dos nove milhões ao passo que a sua referência teria sido aos cinco milhões inicialmente aprovados. Alertou que, caso não tivesse esclarecido, ficaria a impressão de que a Presidente teria assinado os nove milhões, quando na realidade se tratava de um valor muito superior ao aprovado, e não apenas de ajustes salariais.

Salientou que, mesmo considerando ajustes, seria impossível chegar ao montante de quatro milhões adicionais apenas com base nos salários, dado que a Junta de Freguesia em questão contava com oitenta e uma pessoas, que não estavam todas ao serviço, tornando inviável o pagamento desse valor. Destacou que, se as pessoas não estavam presentes, não se podia exigir responsabilidade por montantes inexistentes.

4

Relativamente à questão da gasolina e do gasóleo, reiterou que existia um alerta dos serviços sobre a situação do abastecimento, que estava a ocorrer de forma indiscriminada, acumulando já um valor de cento e vinte mil euros.

Referiu que era necessário interromper aquela situação, atendendo ao alerta dos serviços, e que iriam contactar as Juntas de Freguesia para resolver a questão diretamente com cada uma. Salientou que, até ao momento, não havia condições para avançar com outras medidas, dado que o gabinete de Juntas de Freguesia havia sido criado apenas no dia anterior, com duas pessoas já a trabalhar na análise de todos os números e contas.

Esclareceu que os protocolos de descentralização vigiam até ao final do ano civil de 2026, devendo ser assegurada a transferência mínima de recursos, pelo que se procederia à verificação do que ocorreu até dezembro de 2025, sem prejuízo para qualquer freguesia. Caso alguma estivesse a ser prejudicada, tal resultaria de má gestão e não da responsabilidade do executivo. Reforçou que o município estava atento e preocupado com as Juntas de Freguesia, justificando a criação do gabinete para garantir seriedade e acompanhamento rigoroso desse trabalho.

Sr. Vereador Bruno Russo – Referiu que, relativamente à questão colocada sobre a forma como foram estabelecidos os contactos com as Juntas de Freguesia, os mesmos incidiram sobre aquelas que careciam de maior apoio em virtude da tempestade.

Esclareceu que iniciou os contactos com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, que solicitou à Senhora Presidente apoio para a remoção dos resíduos resultantes do corte de árvores existentes na respetiva área de jurisdição, nomeadamente através da disponibilização de um veículo. Indicou que, em articulação com o Engenheiro José Trindade, foram de imediato organizados e disponibilizados dois veículos para esse efeito.

Relativamente à Freguesia de Azeitão, informou que contactou o Engenheiro Sérgio Gaspar, o qual, por sua vez, contactou o Dr. Gil, tendo sido colocados à disposição todos os meios de que a Câmara Municipal dispunha naquele momento para prestar o necessário apoio, mantendo-se sempre um contacto permanente entre as partes.

Sra. Presidente – Referiu que esse acompanhamento e os contactos estabelecidos decorreram ao longo de todo o fim de semana.

Sr. Vereador Bruno Russo – Disse que, ainda assim, a Engenheira Lénia esteve diariamente no local, com vista à verificação das necessidades existentes e à avaliação das intervenções a realizar.

Relativamente à União de Freguesias, referiu que foram efetuadas tentativas de contacto, tendo sido facultado um número de telemóvel. Após várias tentativas sem sucesso, informou que foi enviada, pelo Engenheiro Sérgio Gaspar, a seguinte mensagem:

“Boa tarde, sou o Sérgio Gaspar, Diretor do Departamento de Ambiente, e liguei a pedido do Vereador Bruno Russo para comunicar e alertar sobre o estado de emergência declarado para o concelho até ao final do dia de amanhã, de forma que possam ser adotadas as medidas preventivas e corretivas adequadas à situação. Estamos ao vosso dispor para qualquer apoio. Cumprimentos, Sérgio Gaspar.”

Acrescentou que, não tendo sido obtida qualquer resposta por parte da União de Freguesias, o Engenheiro José Trindade, na sequência do seu pedido, disponibilizou meios durante toda a semana, que percorreram a Avenida Luísa Todí, a Praça do Brasil e a Avenida Alexandre

Herculano, procedendo à limpeza dessas zonas e à recolha de resíduos suscetíveis de provocar o entupimento das sarjetas.

Sra. Presidente – Apresentou os despachos proferidos pelos diversos departamentos.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Referiu que, naquele dia, se celebrava todos aqueles que, diariamente, fazem a diferença, dedicando o seu trabalho, talento e compromisso ao serviço de Setúbal.

Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 8 a 17.

“Saudação

Aniversário do Núcleo de BTT de Vila Fresca de Azeitão

O Núcleo de BTT de Vila Fresca de Azeitão celebrou o seu 22.º aniversário no dia 1 de novembro.

Fundado em 2003 por um grupo de amigos, tem promovido a difusão e desenvolvimento do ciclismo de montanha no nosso território, fomentando a prática desportiva e aliando-a à preservação e valorização do património ambiental, numa perspetiva comunitária.

O Núcleo assume, assim, um papel determinante como espaço de desenvolvimento desportivo, social e pessoal, onde o contributo e participação de todos são valorizados.

Enquanto membro ativo e participativo do movimento associativo setubalense, dá particular relevância na sua intervenção ao estabelecimento de parcerias e cooperação entre entidades. Na sua atividade desportiva, que abrange a prática recreativa e competitiva do ciclismo, procura incorporar iniciativas de carácter cultural e gastronómico, tirando proveito e promovendo o extenso património setubalense nesses domínios, em eventos como o ‘Passeio dos Sabores’, que anualmente assinala o aniversário do Núcleo.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Núcleo de BTT de Vila Fresca de Azeitão, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

“Saudação

Aniversário da UNISETI – Universidade Sénior de Setúbal

A UNISETI – Universidade Sénior de Setúbal, fundada em 2003, celebrou o seu 22.º aniversário no dia 3 de novembro.

Esta instituição, que tem contribuído significativamente para o envelhecimento ativo, o combate à exclusão e isolamento e para a valorização da pessoa idosa no concelho de Setúbal, tem-se vindo a afirmar não só pelo número de alunos, mas também pelo seu profundo envolvimento na comunidade e reconhecimento por parte das populações e de outras entidades, como um importante e indispensável instrumento de formação, transformação e participação.

Com uma vasta oferta curricular, oferece também aos seus alunos um variado leque de atividades, promovendo a criação artística e científica, bem como a inovação, contando já com a publicação de diversos livros, bem como o desenvolvimento de projetos premiados, dos quais se destaca o projeto criado para o combate à insegurança alimentar, através da organização de campanhas solidárias e a criação de uma horta urbana, distinguido em 2024 com o prémio CCEP Avançamos Setúbal, promovido anualmente pela Coca-Cola Europacif

Partners Portugal (CCEP) e o jornal O SETUBALENSE, com o apoio da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS).

Reconhecendo todos os seus contributos e atividade desenvolvida em prol da comunidade setubalense, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a UNISETI, órgãos sociais, corpo docente, trabalhadores e alunos por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.

“Saudação

Aniversário da APPACDM Setúbal

Fundada em 1970, a APPACDM Setúbal – Instituição Particular de Solidariedade Social vocacionada para área da deficiência intelectual, assinalou o seu 55.º aniversário no passado dia 9 de novembro.

Assumindo um compromisso com a construção de uma sociedade mais inclusiva e com a promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas com deficiências, incapacidades e vulnerabilidades, a associação desempenha um papel crucial no combate à exclusão e discriminação, intervindo junto de mais de mil cidadãos e suas famílias, através de ações e dinâmicas desenvolvidas em diversos contextos.

Tem, de igual modo, sido presença assídua nos grandes momentos da vida coletiva do concelho de Setúbal, deixando a sua marca na história e vivência da comunidade, enquanto parte integrante da mesma.

Assim, procura ter uma intervenção alicerçada nos princípios do rigor e transparência, com especial foco na inovação e nas melhores práticas de defesa e salvaguarda da cidadania e dos direitos sociais.

Com um vasto leque de respostas sociais e projetos, em áreas como a educação, trabalho, formação e inclusão – entre os quais o Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade, o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, o Centro de Apoio à Vida Independente, o Centro de Recursos e o Centro de Formação Profissional, entre tantos outros –, visa contribuir para o empoderamento, capacitação, integração e valorização dos seus utentes, promovendo o seu desenvolvimento global.

No esforço incessante pela criação de novas respostas e reforço dos recursos e serviços que já oferece, conseguiu, recentemente, adquirir uma nova viatura no âmbito do PRR, aumentando a sua capacidade logística, estando também a desenvolver esforços, com o estabelecimento de parcerias e angariação de fundos, para a construção do Centro Miguel Simas, o qual irá contar com um lar residencial e dois centros de atividades e capacitação para a inclusão.

Neste sentido, transmitindo o seu reconhecimento e profundo agradecimento pelo trabalho desenvolvido por esta entidade, o qual se constituiu como um contributo indispensável para o desenvolvimento do território, promoção da qualidade de vida e bem-estar das populações e construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a APPACDM Setúbal, órgãos sociais, trabalhadores e utentes por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.

4

“Saudação

Aniversário da Escola de Ténis Casas de Azeitão - Tennis Academy

Fundada em 2004, a Escola de Ténis Casas de Azeitão - Tennis Academy celebra o seu 21.º aniversário no mês de novembro.

Tendo como principal objetivo da promoção da prática da modalidade de ténis, através da formação desportiva nas vertentes de lazer, saúde e competição, a associação procura fomentar o gosto pela aprendizagem e pelo trabalho em equipa, bem como o desenvolvimento de capacidades e competências no domínio do desenvolvimento motor, social e comportamental, contribuindo para a formação integral e equilíbrio global do indivíduo.

Através das aulas de mini-ténis, das aulas de grupo de iniciação e aperfeiçoamento, das aulas individuais e dos treinos de competição, para crianças, jovens e adultos, mas também da organização de eventos como Open d’Azeitão e da participação em competições de relevo, tem contribuído significativamente para a difusão da prática desta modalidade no concelho e região de Setúbal.

Reconhecimento o importante contributo da Escola de Ténis Casas de Azeitão - Tennis Academy para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, bem como do desenvolvimento desportivo do território, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a associação, órgãos sociais, associados, equipa técnica e atletas por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

“Saudação

Aniversário da Academia de Futsal Estrelas de Setúbal

A Academia de Futsal Estrelas de Setúbal assinalou o seu 11.º aniversário no dia 12 de novembro.

Fundada em 2014, com o objetivo de promover a prática desportiva da modalidade de futsal, em particular, junto dos mais jovens, tem desenvolvido uma importante atividade junto da comunidade, no âmbito da formação desportiva.

A Academia assume-se, assim, enquanto um espaço de crescimento e partilha, onde o desporto desempenha um papel central no desenvolvimento de competências e capacidades, mas também na formação integral das crianças e jovens, com benefícios físicos, cognitivos, académicos, sociais e emocionais.

Ao longo dos anos tem também procurado consolidar-se enquanto membro ativo e participativo do movimento associativo setubalense, colaborando com outras entidades, não só para a difusão da modalidade de futsal e fomento da prática desportiva, mas também para a organização de iniciativas de carácter solidário, como na recolha de brinquedos, roupa e bens-essenciais na época natalícia.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Academia de Futsal Estrelas de Setúbal, órgãos sociais, sócios, equipa técnica e atletas por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho”.

“Saudação

Aniversário da Cooperativa de Habitação e Construção Económica Bem-vinda a Liberdade

Fundada em 1975, a Cooperativa de Habitação e Construção Económica Bem-vinda a Liberdade assinalou o seu 50º aniversário no dia 13 de novembro.

Tal como outras que surgiram um pouco por todo o país, esta cooperativa foi criada no seguimento da Revolução dos Cravos, procurando ser um mecanismo de acesso a uma habitação digna, combatendo a carência habitacional num momento de particular escassez e vulnerabilidade.

Ao longo dos tempos, e tendo contribuído significativamente nesse domínio, foi adaptando a sua atividade e criando novas valências e respostas adequadas às necessidades emergentes da comunidade, mantendo o seu propósito enquanto ator de transformação social e instrumento de cidadania e participação cívica.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Cooperativa de Habitação e Construção Económica Bem-vinda a Liberdade, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.

Transmitem ainda o seu reconhecimento pelo importante trabalho desenvolvido no âmbito da defesa dos interesses coletivos e da promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações”.

“Saudação

Aniversário da Academia de Rugby Club de Setúbal

A Academia de Rugby Club de Setúbal celebrou, no dia 11 de novembro, o seu 14.º aniversário.

Fundada em 2011, é um projeto desportivo que se propôs, desde o início, a ser motor de desenvolvimento da modalidade de rugby no concelho e distrito de Setúbal, dedicando-se, principalmente, à formação de atletas.

Os valores que representam a Academia – Disciplina, Respeito, Coragem, Determinação, Solidariedade, Compromisso, Ética e Diversão – pautam e servem de base para toda a sua atuação. Tendo como principal objetivo promover o desporto de formação, sem esquecer a vertente competitiva, a atividade desenvolvida junto dos mais jovens assume particular relevância para a instituição, que se define enquanto espaço de desenvolvimento pessoal e individual dos atletas, no qual o desporto desempenha um papel central na formação global de cada indivíduo, não só ao nível das competências desportivas e físicas, mas também sociais e emocionais.

Para além do importante contributo no domínio da formação, esta entidade tem também vindo a trilhar um caminho no domínio da competição, afirmando-se no panorama desportivo nacional. A evolução competitiva da Academia foi particularmente marcada com o resultado obtido na época 2024/2025, na qual disputou a final da Campeonato Nacional da 1ª Divisão.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, transmitindo o seu reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido, contributos, resultados e objetivos alcançados, saúdam e felicitam a Academia de Rugby Club de Setúbal, órgãos sociais, treinadores e equipa técnica, atletas e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

“Saudação

Pedro Jesus – Medalha de Prata na Coup de la Jeunesse

Pedro Jesus, atleta do Remo Clube Lusitano, foi chamado a representar a seleção nacional na Coupe de la Jeunesse Beach Sprint 2025, em La Línea, Cádiz.

Nesta competição, que contou com a participação de 12 seleções, o atleta alcançou, juntamente com Eduardo Reis, o segundo lugar do pódio na prova CJM2x, conquistando assim a sua segunda medalha internacional.

4

Em julho deste ano, naquela que foi a sua primeira internacionalização e participação em competições em representação da seleção nacional, Pedro Jesus sagrou-se vice-campeão, ao conquistar a medalha de prata, também em dupla com Eduardo Reis. Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o atleta, o Remo Clube Lusitano, o seu treinador e equipa técnica pelos resultados obtidos, os quais enaltecem e dignificam o bom nome da cidade de Setúbal”.

“Saudação

João Cruz conquista o bronze no Campeonato Mundial de Patinagem Artística

João Cruz, que ao longo dos últimos anos se tem vindo a afirmar como uma das grandes promessas da patinagem artística nacional, voltou a alcançar o pódio numa das mais relevantes competições internacionais da modalidade.

O jovem atleta setubalense – tetracampeão nacional – participou no Campeonato Mundial de Patinagem Artística, que decorreu em Pequim, na China, de 17 a 30 de outubro, tendo conquistado o bronze no escalão de juniores, com a pontuação de 219.73, no total dos dois programas (Curto e Longo).

Transmitindo o seu profundo reconhecimento pelo percurso percorrido pelo João, o qual tem sido marcado pelo seu esforço, dedicação e empenho, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam-no, bem como as suas treinadoras e clube, pelos resultados obtidos, os quais enaltecem e dignificam o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Grupo Desportivo ‘Os Amarelos’ marca presença no XVII Campeonato Mundial de Pesca Desportiva Embarcada Fundeada

O Grupo Desportivo ‘Os Amarelos’ participou na 17.ª edição do Campeonato Mundial de Pesca Desportiva Embarcada Fundeada, que teve lugar em Torre Vieja, Espanha.

Na competição, que contou com cerca de duas dezenas de clubes de diversos países, a equipa d’Os Amarelos, formada por Bruno Cabrita, Luís Serrão, João Farinha e Guilberto dos Reis, foi a melhor entre as cinco equipas portuguesas presentes, tendo alcançado o 4.º lugar. O Grupo Desportivo ‘Os Amarelos’ tem vindo a afirmar-se no panorama da pesca desportiva, a nível nacional e internacional, sendo reconhecido pelo seu percurso e resultados obtidos na modalidade.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Desportivo ‘Os Amarelos’, órgãos sociais, atletas e sócios pelos resultados alcançados nesta competição, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.

Sra. Presidente – Associou-se às saudações apresentadas pelo Partido Socialista, manifestando profundo reconhecimento pelo trabalho diário que tais entidades desenvolvem em prol da comunidade. Referiu ainda, destacando aniversários significativos, a Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras pelos seus 40 anos, o Vitória Futebol Clube pelos seus 115 anos, a Sociedade Musical Capricho Setubalense pelos seus 158 anos, a LASA pelos seus 70 anos e o Coral Infantil de Setúbal pelos seus 46 anos. A todas estas entidades do Movimento Associativo, bem como às que se associaram às celebrações, endereçou o sincero agradecimento do Município.

Sr. Vereador Nuno Costa – Prestou uma breve nota sobre a questão previamente abordada, esclarecendo que os seis milhões aprovados se referiam à transferência de competências — não cinco milhões, mas seis milhões — salientando, contudo, que essa questão não se prendia apenas a esse valor, havendo ainda os restantes protocolos de delegação de competências a considerar.

Sra. Presidente – Esclareceu que o valor aproximado correspondia a cinco milhões e novecentos mil euros.

Sr. Vereador Nuno Costa – Esclareceu que a questão colocada dizia respeito à transferência de competências, salientando que essa informação era apenas para que se tivesse clareza sobre o tema. Especificou que havia ainda os restantes protocolos de delegação de competências, pelo que os nove milhões não se referiam apenas à transferência de competências, mas à soma da transferência com a delegação. Esclareceu que os seis milhões diziam respeito exclusivamente à transferência, sendo que não se tratava de passar de cinco milhões para nove milhões, mas sim seis milhões relativos à transferência acrescidos da delegação, perfazendo o total de nove milhões. Ressaltou que a transferência e a delegação eram números distintos.

Sr. Vereador Nuno Costa – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 18 e 19.

“Saudação

Comemoração do Aniversário – 20 de Novembro de 1910

A Coligação Democrática Unitária (CDU) saúda calorosamente o Vitória Futebol Clube pela passagem de mais um aniversário, celebrado a 20 de novembro, data em que, no ano de 1910, nasceu esta emblemática instituição setubalense.

Ao longo dos seus 115 anos de existência, o Vitória Futebol Clube afirmou-se como uma referência incontornável do desporto nacional, não só pelo seu percurso no futebol, mas também pelo dinamismo nas mais diversas modalidades e pelo enorme contributo que tem dado à formação desportiva e cívica de várias gerações de jovens.

Apesar das dificuldades com que se debate, o Vitória é, e continuará a ser, um símbolo maior da cidade de Setúbal, com uma história repleta de conquistas e paixão, que une sócios, simpatizantes e toda a comunidade à volta dos valores do desportivismo, da dedicação e do orgulho setubalense.

Neste aniversário, a CDU propõe que a Câmara Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária, no dia 19 de novembro de 2025, enderece os parabéns a todos os dirigentes, atletas, funcionários, associados e adeptos do Vitória Futebol Clube, expressando votos de muitos sucessos desportivos e institucionais para o futuro. E reafirme o reconhecimento pelo papel fundamental que o clube desempenha no desenvolvimento social, cultural e desportivo do concelho e da região de Setúbal”.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que a CDU havia apresentado a saudação relativa ao aniversário do Vitória Futebol Clube, que ocorreria no dia seguinte, esclarecendo que não se tratava de dar os parabéns naquele dia, mas de aprovar a saudação para que os parabéns fossem efetuados na data correta. Acrescentou que, naturalmente, se associavam às saudações apresentadas pelo Partido Socialista.

4

No que se refere ao Vitória Futebol Clube, afirmou que a referência era quase dispensável, dada a sua relevância incontornável a nível nacional, não apenas no futebol, mas também em diversas outras modalidades, considerando, por isso, justo assinalar o seu aniversário.

**“Saudação
Grupo Desportivo “Os Amarelos”**

O Grupo Desportivo “Os Amarelos” alcançou um feito histórico ao conquistar o 4.º lugar no XVII Campeonato Mundial de Pesca Desportiva Embarcada e Fundeada, que decorreu em Torrevieja, Espanha entre os dias 1 e 8 de novembro de 2025.

A conquista, constitui motivo legítimo de orgulho, consolidando o prestígio do clube e da cidade de Setúbal neste desporto de tradição marítima.

Organizada pela Federação de Pesca da Comunidade Valenciana, esta competição contou com a participação de cinco formações portuguesas num campeonato com cerca de duas dezenas de clubes. A formação composta por Bruno Cabrita, Luís Serrão, João Farinha e Guilberto dos Reis distinguiram-se, ao longo de todo o campeonato, pela sua competência técnica, espírito de equipa, sentido de compromisso desportivo e paixão pela pesca desportiva.

A Coligação Democrática Unitária (CDU) propõe que a Câmara Municipal saúde os atletas e o Grupo Desportivo “Os Amarelos” por esta conquista de grande prestígio e relevância, destacando o valioso contributo do clube para a afirmação do desporto no nosso concelho. Esta vitória representa não apenas um êxito desportivo, da perseverança e do trabalho de excelência desenvolvido por esta coletividade, mas também o reconhecimento da ligação de Setúbal à sua identidade piscatória e marítima. Que este triunfo seja inspiração para as gerações vindouras e permita a continuação de um percurso de sucessos que enobrece Setúbal”.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que tinha conhecimento de que era prática habitual desta Câmara Municipal não votar as saudações, moções e votos de pesar. Contudo, considerava que, em sede de revisão do próximo regimento, deveria ser revista essa posição. Esclareceu que uma coisa era a apresentação de uma declaração pela bancada, e outra era a sua votação, passando a constituir uma opinião ou declaração formal da Câmara Municipal, tratando-se de questões distintas. Reconheceu que a doutrina se dividia sobre este tema, existindo quem defendesse que não deveriam ser votadas, mas salientou que havia um consenso generalizado — em câmaras municipais, juntas de freguesia e outras autarquias — de que as moções e saudações deveriam ser votadas e apresentadas no período anterior à ordem do dia, uma vez que não possuem a mesma eficácia que outras propostas. Deixou a questão para reflexão.

Sra. Presidente – Acrescentou que tinha a perceção de que, quando esteve presente anteriormente, essas saudações e moções eram efetivamente submetidas a votação.

Sr. Vereador Fernando José – Esclareceu que, durante o mandato da Senhora Presidente, as moções e saudações eram efetivamente votadas. No mandato anterior, ocorreu uma alteração em que tais moções e saudações só poderiam ser votadas se incluídas na ordem de trabalhos. A CDU, que detinha maioria, em conjunto com o PSD, posicionou-se contra a posição do PS, defendendo que deveriam ser incluídas na ordem de trabalhos. Foi solicitado um parecer à CCDR, o qual veio confirmar a validade da posição da CDU e do PSD. Ressaltou que, embora pudesse ter optado por não se pronunciar, a verdade é que os



vereadores do Partido Socialista não tiveram razão relativamente a esse parecer, que estabelecia que, para serem votadas, as moções e saudações tinham de estar incluídas na ordem de trabalhos.

Sr. Vereador Nuno Costa – Esclareceu que, dessa forma, a questão estava resolvida, esclarecendo que desconhecia o teor do referido parecer.

Sra. Presidente – Disse que então poderiam vir das duas maneiras, mas se viesse assim não seriam votadas, se forem inseridas na ordem de trabalhos fazia-se a votação.

Sr. Vereador Fernando José – Apresentou o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presente ata, sob o registo n.º 20.

“Voto de Pesar

Falecimento de Isaurindo Abegão

Isaurindo Abegão, histórico militante e autarca do Partido Socialista em Setúbal, faleceu no dia 16 de novembro.

Natural de Estremoz, dizia-se “filho de Setúbal”, cidade para onde se mudou aos 7 anos de idade com a mãe.

Empresário de longa data na área do imobiliário, teve o seu primeiro trabalho nas oficinas do Custódio & Sérgio, onde foi aprendiz electricista-auto, tendo trabalhado, após o regresso do serviço militar em Angola, na apanha da ostra.

Com uma vida profundamente ligada à comunidade e à vida coletiva setubalense, foi dirigente associativo em associações de carácter cultural e desportivo, mas também de índole religiosa, nomeadamente em associações judaicas – fé que fazia questão de assumir e referir com orgulho.

Descobriu o prazer de escrever e dedicou-se à poesia, que partilhava com todos através das redes sociais, numa rubrica intitulada “Meu baú...da Poesia”.

Socialista convicto, homem de causas, autarca, dirigente do PS e orador eloquente, Isaurindo Abegão deixa-nos um legado de dedicação à causa pública, à democracia e à comunidade.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista transmitem à sua família, amigos e todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência as mais sentidas condolências”.

Foi feito um minuto de silêncio.

Sr. Vereador Nuno Costa – Apresentou a seguinte moção de pesar, cujo original fica anexo à presente ata, sob o registo n.º 21.

“Moção

Pela defesa dos direitos dos trabalhadores, contra o Pacote Laboral

Considerando que:

- 1. O Governo PSD/CDS apresentou um vasto conjunto de propostas de alteração à legislação laboral, que representam um profundo e gravoso ataque aos direitos dos trabalhadores, às condições de trabalho e à contratação coletiva, promovendo o aprofundamento de um modelo económico assente em baixos salários, precariedade laboral e desregulação dos horários de trabalho.*

4

2. As medidas propostas, visam:

- **Fomentar a precariedade:** Através do alargamento dos prazos e motivos para contratos a termo, do facilitismo no trabalho temporário e intermitente, e do ataque aos trabalhadores das plataformas digitais e falsos recibos verdes.
 - **Desregular o tempo de trabalho:** Com a reposição dos nefastos bancos de horas individuais e o alargamento da isenção de horário de trabalho, dificultando a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.
 - **Perpetuar os baixos salários:** Designadamente através da introdução da possibilidade de pagamento dos subsídios de férias e de Natal em duodécimos, mascarando a insuficiência salarial e prejudicando a gestão orçamental das famílias.
 - **Facilitar os despedimentos:** Limitando as garantias de defesa dos trabalhadores em processos disciplinares, dificultando a sua reintegração em caso de despedimento ilícito e removendo mecanismos de fiscalização.
 - **Atacar os direitos de parentalidade:** Restringindo o direito à amamentação e a horários flexíveis para cuidadores, e revogando a falta por luto gestacional.
 - **Debilitar os direitos coletivos:** Atacando a liberdade sindical, a contratação coletiva e o direito à greve, através do alargamento abusivo dos serviços mínimos e de mecanismos que promovem a caducidade dos instrumentos de regulamentação coletiva.
3. Este pacote laboral constitui um retrocesso civilizacional, agrava as desigualdades sociais e económicas e atenta contra a Constituição da República Portuguesa, que consagra a função social do trabalho e os direitos fundamentais dos trabalhadores.
4. Face a este ataque sem precedentes, os trabalhadores e as suas organizações representativas, designadamente a CGTP-IN e a UGT, convocaram uma **Greve Geral para o dia 11 de dezembro de 2025**, como forma legítima e democrática de luta em defesa dos seus direitos, por melhores salários e condições de trabalho, e por uma política social e laboral que privilegie a justiça e o progresso.
5. A Câmara Municipal de Setúbal, enquanto poder local democrático, tem o dever de se pronunciar em defesa das populações que serve, maioritariamente constituídas por trabalhadores que serão diretamente afetados por estas medidas, e de se solidarizar com as suas justas lutas.

Assim, a Câmara Municipal de Setúbal, reunida a 19 de novembro de 2025, delibera:

1. **Condenar** o pacote de alterações à legislação laboral proposto pelo Governo PSD/CDS, por configurar um severo ataque aos direitos e condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e das suas famílias.
2. **Manifestar a sua solidariedade** para com todos os trabalhadores, as suas organizações sindicais e o movimento associativo popular que se opõem a estas medidas.
3. **Apelar a todos os trabalhadores do Concelho de Setúbal, às suas estruturas representativas e à população em geral, para que participem na Greve Geral convocada para o dia 11 de dezembro de 2025, rejeitando estas políticas e em defesa de direitos laborais dignos.**
4. **Determinar** que o teor da presente moção seja divulgado através dos canais oficiais do Município e remetido à Assembleia da República, ao Governo da República Portuguesa e às centrais sindicais”.

4

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que a moção da CDU abordava o pacote laboral, salientando que os trabalhadores, incluindo os de Setúbal, enfrentavam mais de 100 medidas consideradas prejudiciais aos seus direitos. Destacou que a legislação laboral historicamente protege os trabalhadores, parte mais vulnerável na relação contratual, e que essas medidas agravavam essa vulnerabilidade.

Chamou atenção para algumas medidas específicas: a perpetuação de baixos salários, incluindo o pagamento de subsídios em duodécimos, que mascarava os vencimentos reais; e a desregulação dos horários de trabalho, com a introdução do banco de horas individual, permitindo ao empregador exigir até duas horas extras diárias, totalizando 50 horas semanais, comprometendo a organização da vida pessoal e profissional dos trabalhadores.

Referiu que a moção também abordava a precariedade laboral, salientando contratos a prazo de cinco anos, renováveis até 15 anos, o que considerava altamente prejudicial para os direitos dos trabalhadores. Alertou ainda para a prática de despedimentos sem justa causa, nos quais, mesmo que o tribunal declarasse a ilegalidade do ato, o empregador não teria obrigação de reintegrar o trabalhador, estendendo essa facilidade de despedimento a processos litigiosos sem necessidade de apresentação de testemunhas.

Mencionou a externalização de serviços, destacando que a antiga limitação de não contratar empresas em caso de extinção de postos de trabalho durante um ano deixava de existir, permitindo despedir e substituir trabalhadores imediatamente. Acrescentou que havia restrições sérias à liberdade sindical e ao direito de greve, limitando a atuação dos sindicatos junto aos trabalhadores.

Concluiu que todas essas medidas eram justificadas sob o pretexto de aumentar a produtividade, embora nenhuma contribuísse de fato para isso. Ressaltou que um verdadeiro incentivo seria a compensação dos trabalhadores pelos ganhos de produtividade obtidos nos últimos 25 anos, período em que a produtividade aumentou significativamente sem reflexo equivalente nos salários, conforme demonstrava um gráfico que apresentou.

Acreditava que, se os trabalhadores percebessem que o aumento da sua produtividade se traduzia em ganhos salariais, isso constituiria um forte incentivo para elevar a produtividade no país. Concluiu que o verdadeiro progresso não poderia ser alcançado através de medidas que, na sua opinião, eram altamente prejudiciais aos direitos dos trabalhadores.

Sr. Vereador Fernando José – Recordou que, recentemente, participou diretamente na revisão da legislação laboral e salientou que essa legislação não deveria ser alterada com frequência — de ano para ano, de dois em dois anos ou sempre que um governo mudasse -, pois é necessário assegurar estabilidade jurídica para os trabalhadores.

Destacou que, na altura da implementação da chamada Agenda para o Trabalho Digno, a alteração legislativa trouxe ganhos significativos para os trabalhadores. Relatou que, durante o discurso final na Assembleia da República sobre a aprovação da Agenda, dirigiu-se diretamente aos deputados do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda que tinham votado contra, apelando para que, mais do que criticarem o que não estava incluído, defendessem em conjunto as conquistas obtidas naquele dia. Ressaltou que, naquele momento, tinha plena consciência do que estava a dizer.

Concluiu que o que se pretendia implementar atualmente constituía um ataque sem precedentes aos direitos conquistados pelos trabalhadores, descrevendo como uma verdadeira violência as alterações propostas à legislação laboral.

Referiu que os limites à liberdade sindical, conquistados com a Agenda para o Trabalho Digno, bem como a proposta apresentada pela CGTP na altura, a alteração ao regime da

caducidade — claramente um ataque à contratação coletiva — e a redução dos direitos de parentalidade alcançados nos últimos anos, demonstravam uma insensibilidade sem precedentes. Acrescentou que o aumento da precariedade laboral ocorria sem qualquer visão ou preocupação pelos jovens, facilitando despedimentos num regime que já era dos mais flexíveis da Europa.

Desafiou o Sr. Vereador Nuno Costa a incluir a moção na Ordem de Trabalhos da próxima reunião da Câmara Municipal, defendendo que ela deveria ser votada. Acrescentou que os vereadores do Partido Socialista acompanhariam integralmente essa moção na votação.

Defendeu que era necessário tomar posição sobre as medidas atualmente propostas, independentemente das diferentes posições políticas, por serem inqualificáveis e inadmissíveis, exigindo que se levantasse a voz contra tais medidas.

Por fim, afirmou que o Partido Socialista apoiava a moção apresentada pela CDU, lamentando que o PCP não tivesse acompanhado na altura certa e destacando que os acontecimentos recentes confirmavam que a Agenda para o Trabalho Digno, agora ameaçada pelo atual governo de direita, tinha sido uma iniciativa correta e necessária.

Sra. Presidente – Referiu ao Senhor Vereador Nuno Costa que lhe havia sido lançado um repto, sem detalhar de imediato o conteúdo, mas sinalizando que se tratava de uma questão a ser considerada na sequência das intervenções e do contexto da moção em discussão.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que, relativamente ao repto, tinha a ideia de que a moção poderia ser votada no período anterior à ordem do dia. No entanto, caso fosse necessário, devido a pareceres existentes, incluir a moção na ordem do dia, estariam totalmente disponíveis para apresentá-la nesse período, de modo que a Câmara Municipal pudesse tomar posição formal sobre o assunto.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que estavam presentes duas atas do mandato anterior, identificadas como ata 20/2025 e ata 21/2025. Salientou que a regra estabelecia que quem não tivesse participado na reunião correspondente não poderia votar. Na primeira ata, constava a votação de três vereadores, e na segunda ata, de dois vereadores.

Sra. Presidente – Referiu que não havia quórum.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a questão era essa. Referiu que tinham sido aprovadas em minuta.

Sra. Presidente – Disse que, juridicamente, não sabia como se resolvia. Tinham de colocar a questão aos juristas.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que podiam chegar ao limite de não estar ali nenhum vereador.

Sra. Presidente – Informou que, apesar de estarem três vereadores presentes, não havia quórum. Comunicou que iria retirar as atas 20/2025 (18 de setembro de 2025) e 21/2025 (1 de outubro de 2025) e encaminhar a questão aos serviços competentes.

1. **Projeto da Ata n.º 20/2025 - Reunião ordinária de 18 de setembro de 2025 - RETIRADA**
2. **Projeto da Ata n.º 21/2025 - Reunião ordinária de 01 de outubro de 2025 - RETIRADA**
3. **Projeto da Ata n.º 01A/2025 - Reunião extraordinária de 07 de novembro de 2025**
Submetida a votação foi a ata provada por unanimidade.
4. **Deliberação n.º 04A/2025 – Proposta n.º 02A/2025 – GAP – Atribuição de subsídio aos Serviços Sociais do pessoal da Câmara Municipal de Setúbal, destinado à aquisição de prendas de Natal para os filhos dos trabalhadores da autarquia – 2025**

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 22.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. **Deliberação n.º 05A/2025 – Proposta n.º 03A/2025 – GAP – Nomeação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal**

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 e 24.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que os vereadores do Partido Socialista, considerando tratar-se de uma competência da Câmara Municipal, entendiam que a proposta era equilibrada. Concordavam que o Presidente da Câmara assumisse a presidência dos Serviços Municipalizados, que o Vereador responsável pelas obras ocupasse um lugar de vogal no Conselho de Administração e que fosse integrado nesse conselho um trabalhador da Câmara com reconhecido percurso profissional, conforme apresentado pela Senhora Presidente.

Acrescentou que o foco principal era garantir a concretização do investimento necessário no concelho e encontrar soluções para problemas persistentes, nomeadamente em Azeitão, onde a intempérie havia evidenciado várias dificuldades, bem como para obras que se prolongavam sem conclusão.

Salientou ainda que deveria ser realizada uma avaliação no âmbito das competências da Câmara Municipal. Caso surgissem alterações substanciais nos factos ou nos fundamentos que motivaram a viabilização da proposta pelos vereadores do Partido Socialista, a Câmara teria de se pronunciar novamente para decidir sobre uma nova deliberação.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que, de facto, havia obras que não tinham sido realizadas, atribuindo essa situação, sobretudo, a uma gestão privada que dificultou a sua concretização. Destacou que, desde a criação dos Serviços Municipalizados, já tinham sido realizados avanços significativos, nomeadamente nas freguesias de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, em áreas como infraestruturas e esgotos, e sublinhou que a Câmara poderia tomar decisões mais eficazes para garantir a continuidade dessas obras.

Salientou que, da parte deles, a proposta seria aprovada, mas aproveitou para questionar se outras nomeações tinham data prevista, referindo-se especificamente à Associação Baía de Setúbal, à Escola Profissional e a outras nomeações não relacionadas com funções de gestão, como a ADREPES, a SIMARSUL e a AMARSUL, indagando quando estas seriam submetidas à apreciação da Câmara Municipal.

Sra. Presidente – Referiu que essas nomeações, em princípio, seriam todas apresentadas na próxima reunião.

Explicou que, no âmbito da Câmara Municipal, estavam em curso nomeações de diversos técnicos e dirigentes, prevendo que tudo estaria concluído para essa reunião. Acrescentou que era fundamental reconhecer o bom desempenho dos Serviços Municipalizados, destacando o trabalho árduo realizado, que permitiu alcançar os resultados observados, evidenciando que estavam no caminho correto.

Salientou ainda a forma digna, transparente e exemplar com que toda a documentação foi transferida para a nova administração, sublinhando que a transição tinha ocorrido rapidamente, cerca de uma semana antes, garantindo o cumprimento de procedimentos legais e o pagamento de salários.

Enfatizou a importância de valorizar o trabalho realizado e o andamento das tarefas, mas observou que essa mesma atitude não se verificou por parte do executivo municipal, destacando a existência de inúmeros documentos e pastas cujo paradeiro permanecia desconhecido, evidenciando uma diferença de comportamento entre os Serviços Municipalizados e o executivo.

Observou, contudo, que tal diligência não se verificou por parte do executivo municipal, salientando que numerosos documentos e pastas encontravam-se com o paradeiro desconhecido, evidenciando assim uma clara diferença de comportamento entre os Serviços Municipalizados e o executivo municipal.

Ressaltou que os Serviços Municipalizados poderiam contar com todo o esforço e empenho da Câmara Municipal necessários e que poderiam sempre recorrer à Câmara Municipal quando precisassem de apoio. Mencionou que estavam envolvidos 336 trabalhadores que necessitariam de assistência para dar andamento às obras urgentes, sobretudo nas áreas de saneamento e abastecimento de água nas freguesias mais carentes. Informou que já estavam em curso intervenções em Gâmbia e Azeitão, bem como que estava prestes a ser lançado o concurso para uma obra de grande dimensão e carácter estruturante na Rua de São Gonçalo. Finalizou destacando a necessidade de realizar rapidamente a eleição do Conselho de Administração, de modo a garantir a continuidade das obras, lembrando que várias intervenções já estavam em andamento, incluindo uma próxima à Câmara Municipal que, embora gerasse algum incómodo, era imprescindível para o progresso. Concluiu saudando o trabalho realizado e a atuação exemplar da equipa.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que gostaria de fazer uma observação, considerando a menção da senhora Presidente à dignidade, sobre a dignidade dos trabalhadores. Salientou

4

que, para quem quisesse perceber, era visível uma alteração significativa nas condições laborais desde a época das Águas do Sado até aos Serviços Municipalizados. Destacou que, atualmente, os trabalhadores dispunham de boas condições, com instrumentos e ferramentas adequadas para desempenhar as suas funções em benefício da população de Setúbal. Acrescentou que muitas obras haviam sido lançadas — algumas já mencionadas pela senhora Presidente —, sendo que algumas já estavam concluídas e outras ainda em andamento, o que refletia a prestação de um serviço público de qualidade à população.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 4 votos a favor da SET-V 25 e 7 abstenções, 4 do PS, 2 do CH e 1 da CDU.

6. Deliberação n.º 06A/2025 – Proposta n.º 01A/2025 – DCDJ – Aditamento ao Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal, a União das Freguesias de Setúbal e a Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 25.

Sra. Presidente – Referiu que várias pessoas presentes realizavam um trabalho de grande interesse e relevância, dedicado à vigilância dos espaços verdes e do espaço público, incluindo a supervisão e manutenção dos equipamentos públicos.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 07A/2025 – Proposta n.º 02A/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 08A/2025 – Proposta n.º 03A/2025 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 3.º trimestre de 2025

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 09A/2025 – Proposta n.º 01A/2025 - DURB/GARIU - Licenciamento de Publicidade em via pública pela empresa GIRODMEDIA, de 3 TotemBags

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 e 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 10A/2025 – Proposta n.º 03A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para alienação do direito de superfície, constituição de hipoteca e manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 71 – 4.º B, da Freguesia de S. Sebastião

Sr. Vereador Paulo Maia – Propôs a votação em bloco das propostas 10A/2025 a 62A/2025, explicando que se tratava de 52 propostas relacionadas com o exercício do direito de preferência.

Observou que estavam a considerar apresentar, na próxima reunião de Câmara, uma proposta de delegação de competências da Câmara à Senhora Presidente relativamente a essa matéria. Destacou que, mesmo havendo necessidade de exercer o direito de preferência, com reuniões a cada 15 dias e um prazo de 10 dias para o exercício, poderiam surgir dificuldades, mas a intenção era apresentar a proposta na reunião seguinte.

Acrescentou que, não havendo objeções, colocaria à consideração a votação em bloco das propostas mencionadas.

Sr. Vereador Joel Marques – Esclareceu que não se opunham à votação em bloco; no entanto, quis clarificar um ponto. Referiu que tinham uma interpretação da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 diferente da que parecia ser adotada pelo atual executivo. Explicou que essa alínea previa que a competência do município poderia ou não ser delegada, e que, na reunião anterior, tinham decidido não delegar a competência para adquirir, alienar ou onerar bens imóveis cujo valor não excedesse mil vezes a remuneração mínima mensal garantida.

Acrescentou que todas as propostas que visavam o não exercício do direito de preferência eram, na prática, propostas de não aquisição. Assim, se não havia aquisição, não existia qualquer motivo para que tais propostas fossem submetidas à reunião de Câmara. Contudo, caso surgisse a intenção de adquirir algum imóvel — seja no contexto do exercício do direito de preferência ou noutra âmbito —, essa continuaria a ser competência da Câmara, conforme decisão da maioria da vereação, não podendo ser delegada.

Concluiu sugerindo que, tal como ocorrera no mandato anterior e com o objetivo de aliviar o trabalho processual dos serviços, todas as situações de não exercício do direito de preferência — ou seja, a intenção de não exercer esse direito — poderiam ser dispensadas de submissão à reunião de Câmara, uma vez que a competência da Câmara se referia à autorização de aquisição, alienação ou oneração de bens, o que não se aplicava a nenhuma daquelas propostas.

Sr. Vereador Paulo Maia – Referiu que o senhor Vereador estava a abordar a lei, mas citou especificamente o artigo 19.º do capítulo 2 do Decreto-Lei n.º 263-A, que trata do direito de

9

preferência. Reconheceu a abertura do Vereador Joel ao admitir que, caso o direito de preferência não fosse exercido, não seria necessário submeter a questão à reunião de Câmara. Acrescentou que a situação seria estudada e questionou se existia alguma inviabilidade em votar em bloco as propostas mencionadas.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que, no mandato anterior, o procedimento era exatamente assim, ou seja, as situações de não exercício do direito de preferência eram dispensadas de ir à reunião de Câmara, mantendo-se apenas a competência da Câmara para autorizar aquisições, alienações ou onerações de bens quando aplicável.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que concordavam com a votação em bloco das propostas, mas que quanto aos demais aspetos iriam proceder a uma análise mais detalhada antes de se pronunciarem.

Sr. Vereador António Cachaço – Confirmou que estavam de acordo em proceder à votação das propostas em bloco.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 30.

11. Deliberação n.º 11A/2025 – Proposta n.º 04A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para alienação do direito de superfície, constituição de hipoteca e manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Meio ou Estrada de Santas, Rua da Areia – Praias do Sado, n.º 184, da Freguesia do Sado

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 31 (ver ponto 10).

12. Deliberação n.º 12A/2025 – Proposta n.º 05A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para alienação do direito de superfície, constituição de hipoteca e manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Meio – Praias do Sado, Rua da Concha, lote 139, da Freguesia do Sado

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 32 (ver ponto 10).

13. Deliberação n.º 13A/2025 – Proposta n.º 06A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para alienação do direito de superfície, constituição de hipoteca e manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Pote de Água, lote 10 do bloco B, Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 8 – 6.º Esq., da Freguesia de S. Sebastião

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 33 (ver ponto 10).

4

- 14. Deliberação n.º 14A/2025 – Proposta n.º 07A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Pote de Água, lote 3, Rua António Carvalho Serra, n.º 5 – 1.º C, da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 34 (ver ponto 10).

- 15. Deliberação n.º 15A/2025 – Proposta n.º 08A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Urbanização Pinhal de Negreiros lote 46-A, Rua Poeta Calafate, n.º 10 – 2.º Dto., da União das Freguesias de Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 35 (ver ponto 10).

- 16. Deliberação n.º 16A/2025 – Proposta n.º 09A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Pote de Água, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 1 – R/c B, da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 36 (ver ponto 10).

- 17. Deliberação n.º 17A/2025 – Proposta n.º 10A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Pote de Água, lote 8, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3 – 3.º B, da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 37 (ver ponto 10).

- 18. Deliberação n.º 18A/2025 – Proposta n.º 11A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para constituição de hipoteca – Pote de Água, Lote 8, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3 – 7.º D, da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 38 (ver ponto 10).

- 19. Deliberação n.º 19A/2025 – Proposta n.º 12A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Cancelamento da cláusula de reversão e ónus de inalienabilidade, quanto ao prédio sito no Peixe Frito, Alameda dos Alamos, n.º 53 (Antigo Lote 48), da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 39 (ver ponto 10).

- 20. Deliberação n.º 20A/2025 – Proposta n.º 13A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito na Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 71 – 4.º B, da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 40 (ver ponto 10).

- 21. Deliberação n.º 21A/2025 – Proposta n.º 14A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito na Praceta Professor Francisco Gentil, n.º 1 – R/c Dto., da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 41 (ver ponto 10).

- 22. Deliberação n.º 22A/2025 – Proposta n.º 15A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Pote de Água, Lote 3, Rua António Carvalho Serra, n.º 5 – 1.º C, da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 42 (ver ponto 10).

- 23. Deliberação n.º 23A/2025 – Proposta n.º 16A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Pote de Água, Lote 8, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3 – 7.º D, da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 43 (ver ponto 10).

- 24. Deliberação n.º 24A/2025 – Proposta n.º 17A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Pote de Água, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 1 – R/c B, da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 44 (ver ponto 10).

- 25. Deliberação n.º 25A/2025 – Proposta n.º 18A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Pote de Água, Lote 8, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3 – 3.º B, da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 45 (ver ponto 10).

- 26. Deliberação n.º 26A/2025 – Proposta n.º 19A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito na Urbanização Pinhal de Negreiros Lote 46-A, Rua Poeta Calafate, n.º 10 – 2.º Dto., da União das Freguesias de Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46 (ver ponto 10).

- 27. Deliberação n.º 27A/2025 – Proposta n.º 20A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro Afonso Costa, n.ºs 7 e 7A – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47 (ver ponto 10).

- 28. Deliberação n.º 28A/2025 – Proposta n.º 21A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mártires da Pátria, n.º 11, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48 (ver ponto 10).

- 29. Deliberação n.º 29A/2025 – Proposta n.º 22A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Manuel Gamito, n.º 13 – 6.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49 (ver ponto 10).

- 30. Deliberação n.º 30A/2025 – Proposta n.º 23A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fialho de Almeida, n.º 9 – 2.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50 (ver ponto 10).

- 31. Deliberação n.º 31A/2025 – Proposta n.º 24A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Infante Dom Henrique, n.ºs 24, 26 e 28 – 2.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 51 (ver ponto 10).

4

- 32. Deliberação n.º 32A/2025 – Proposta n.º 25A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Almada, n.ºs 15 e 17 – M-A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52 (ver ponto 10).

- 33. Deliberação n.º 33A/2025 – Proposta n.º 26A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Fontainhas, n.ºs 22, 24 e 26, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53 (ver ponto 10).

- 34. Deliberação n.º 34A/2025 – Proposta n.º 27A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida de Angola, n.º 14 – 5.º Dto. Fte., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54 (ver ponto 10).

- 35. Deliberação n.º 35A/2025 – Proposta n.º 28A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Aldeia de Oleiros, Rua Teixeira Lopes, n.º 6 (Antigo Lote 167), em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55 (ver ponto 10).

- 36. Deliberação n.º 36A/2025 – Proposta n.º 29A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 12 – 5.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56 (ver ponto 10).

- 37. Deliberação n.º 37A/2025 – Proposta n.º 30A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Azeitão, Rua Brejos de Camarate, Lotes 80/86, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57 (ver ponto 10).

- 38. Deliberação n.º 38A/2025 – Proposta n.º 31A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 29 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58 (ver ponto 10).

- 39. Deliberação n.º 39A/2025 – Proposta n.º 32A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta José Maria Silva, n.º 6 – 3.º E, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59 (ver ponto 10).

- 40. Deliberação n.º 40A/2025 – Proposta n.º 33A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Rosmaninho, n.º 11 – 1.º andar, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60 (ver ponto 10).

- 41. Deliberação n.º 41A/2025 – Proposta n.º 34A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa de Azeitão, n.ºs 13 e 15, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob o n.º 61 (ver ponto 10).

- 42. Deliberação n.º 42A/2025 – Proposta n.º 35A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Azeitão, Travessa dos Alperces, n.º 17, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62 (ver ponto 10).

- 43. Deliberação n.º 43A/2025 – Proposta n.º 36A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Artemisia, n.º 6 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 63 (ver ponto 10).

- 44. Deliberação n.º 44A/2025 – Proposta n.º 37A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Doutor António Rodrigues Manito, n.º 54 – 5.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 64 (ver ponto 10).

- 45. Deliberação n.º 45A/2025 – Proposta n.º 38A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernando Santos, n.º 19 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65 (ver ponto 10).

- 46. Deliberação n.º 46A/2025 – Proposta n.º 39A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Águias, n.ºs 1A, 1B, 1C, 1D, 1E e Avenida Bento de Jesus Caraça, n.ºs 68A, 68B e 68C – RC Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66 (ver ponto 10).

- 47. Deliberação n.º 47A/2025 – Proposta n.º 40A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Santiago n.º 1 – 5.º Fte., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67 (ver ponto 10).

- 48. Deliberação n.º 48A/2025 – Proposta n.º 41A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Silva Porto n.º 18 – 2.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68 (ver ponto 10).

- 49. Deliberação n.º 49A/2025 – Proposta n.º 42A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Cristóvão de Figueiredo n.º 10 – 2.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 69 (ver ponto 10).

- 50. Deliberação n.º 50A/2025 – Proposta n.º 43A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Forte da Bela Vista, n.º 2 – R/C D14, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70 (ver ponto 10).

- 51. Deliberação n.º 51A/2025 – Proposta n.º 44A/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Doutor Rodrigues Manito, n.º 54 – 5.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71 (ver ponto 10).

52. Deliberação n.º 52A/2025 – Proposta n.º 45A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernão Mendes Pinto n.º 4 – 5.º C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registados sob o n.º 72 (ver ponto 10).

53. Deliberação n.º 53A/2025 – Proposta n.º 46A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale de Cerejeiras ou Monte Belo, Rua Roberto Ivens, n.º 3 – 4.º A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73 (ver ponto 10).

54. Deliberação n.º 54A/2025 – Proposta n.º 47A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Guilherme Faria, n.ºs 34 a 44 e Travessa das Papoilas, n.ºs 9 a 21 – 2.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74 (ver ponto 10).

55. Deliberação n.º 55A/2025 – Proposta n.º 48A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Madalena Claro, n.º 92 – 1.º C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 75 (ver ponto 10).

56. Deliberação n.º 56A/2025 – Proposta n.º 49A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro das Pontes, n.ºs 21 a 23., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 76 (ver ponto 10).

57. Deliberação n.º 57A/2025 – Proposta n.º 50A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Cláudio Lagrange, n.º 3 – 2.º esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77 (ver ponto 10).



58. Deliberação n.º 58A/2025 – Proposta n.º 51A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça Dona Olga Morais Sarmiento, n.º 4 – r/c Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78 (ver ponto 10).

59. Deliberação n.º 59A/2025 – Proposta n.º 52A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 92 – 5.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79 (ver ponto 10).

60. Deliberação n.º 60A/2025 – Proposta n.º 53A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Minas da Borralha, n.º 10 – 2.º D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80 (ver ponto 10).

61. Deliberação n.º 61A/2025 – Proposta n.º 54A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta da Meia Laranja, n.º 11 – 3.º Esq., em setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81 (ver ponto 10).

62. Deliberação n.º 62A/2025 – Proposta n.º 55A/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, lote 1 – 2.º G, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82 (ver ponto 10).

63. Deliberação n.º 63A/2025 – Proposta n.º 56A/2025 – DAF/DICOR – Abertura do procedimento de contratação de empréstimo de curto prazo 2026

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 83 a 86, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4

64. Deliberação n.º 64A/2025 – Proposta n.º 01A/2025 – DRH/DIGAT – Designação de Chefe de Equipa Multidisciplinar

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 87 e 88, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

65. Deliberação n.º 65A/2025 – Proposta n.º 01A/2025 – DOM – CP 11/2022 – “Reabilitação do Bairro das Manteigadas – Intervenção em espaços comuns, cozinhas e instalações sanitárias” - Lote 1 - 3.ª Prorrogação de prazo da empreitada / Delegação de competências

O Sr. Vereador Bruno Russo apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 89 a 92, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

66. Deliberação n.º 66A/2025 – Proposta n.º 02A/2025 – DOM – CPREV 14/2024/DOM - Empreitada “Bnaut – Arronches Junqueiro”. 1.ª Prorrogação de prazo da empreitada / Delegação de competências

O Sr. Vereador Bruno Russo apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 93 a 95, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Cruz – Relatou que, há cerca de 20 anos, lutou contra a corrupção em Setúbal, recusando subornos e impedindo a venda do Mercado do Livramento ao Pingo Doce. Mencionou tentativas de corrupção relacionadas com terrenos seus, que levou à justiça e das quais saiu vitorioso. No dia em questão, buscava a devolução de bens, incluindo terrenos destinados a fábricas, denunciou irregularidades e recebeu a visita de agentes da Polícia Judiciária, questionando a legitimidade da sua atuação.

Sra. Presidente – Informou que o tempo de intervenção de cinco minutos já havia sido ultrapassado.

Sr. Cruz – Referiu que ainda precisava de expor a situação e outros assuntos à Senhora Presidente, mencionando ter-lhe enviado previamente uma carta.

Sra. Presidente – Respondeu que o senhor Cruz poderia voltar a intervir noutra reunião da Câmara, uma vez que já tinha excedido o tempo e havia mais pessoas inscritas.

4

Sr. Cruz – Afirmou que não poderia voltar, por não ter tempo, e que a Senhora Presidente tinha conhecimento da carta que lhe tinha sido enviada, sem que tivesse obtido resposta.

Sra. Presidente – Referiu que não tinha qualquer informação sobre essa carta.

Sr. Cruz – Disse que a carta se encontrava com ele.

Sra. Presidente – Esclareceu que não colocava em causa a existência da carta, mas que não tinha sido informada do seu conteúdo.

Sr. Cruz – Afirmou que, se não tinha havido conhecimento, alguém teria de assumir responsabilidades, acrescentando que iria enviar toda a situação para Bruxelas.

Sra. Presidente – Respondeu que o Sr. Cruz fazia bem e reforçou que o tempo de intervenção tinha sido ultrapassado, podendo voltar a intervir noutra reunião.

Sr. Cruz – Disse que não iria voltar, que enviaria tudo às entidades competentes e que não voltaria àquela reunião, acrescentando que a corrupção tinha de acabar no país.

O senhor José fez uma intervenção que não ficou registada, uma vez que o próprio não autorizou, de acordo com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

Sr. Luís – Informou que era morador em Azeitão há cerca de 40 anos e que, há aproximadamente um ano, os residentes enfrentavam problemas com duas chapas metálicas da antiga TLP, localizadas de cada lado da via, que causavam ruído intenso e perturbavam o descanso, solicitando intervenção. Acrescentou que conhecia os custos envolvidos por experiência prévia.

Relativamente à Rua do Fisco, mencionou que a via apresentava estado perigoso, especialmente na zona da Rotunda dos Barris, dificultando a circulação, e que seria necessária a limpeza das sarjetas no final da primavera, quando cessam as chuvas.

Sra. Presidente – Questionou qual era a rua em causa.

Sr. Luís – Esclareceu que o trecho em questão correspondia à Rua Dr. Francisco Gonçalves de Oliveira, até à rotunda junto à farmácia, e, a partir dessa rotunda, à Rua da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense. Acrescentou que esta última necessitava de um tratamento semelhante ao realizado na Rua de São Gonçalo.

Sra. Presidente – Agradeceu a intervenção do Sr. Luís e informou que seria enviado ao local um técnico municipal ou o Vereador responsável. Acrescentou que, caso as chapas metálicas não fossem identificadas, seria feito contacto com o próprio Sr. Luís.

Sr. Luís – Respondeu que poderiam contactá-lo e que se disponibilizava para acompanhar a verificação no local. Referiu que estava reformado, mas mantinha um negócio, e manifestou a intenção de continuar a colaborar com a comunidade enquanto lhe fosse possível.

Sra. Catarina – A oradora explicou que se tratava de um movimento cívico sem apoio partidário, com o objetivo de alertar para a falta grave de assistentes operacionais nas escolas do Agrupamento Luísa Todi. Destacou que esses profissionais são essenciais para a segurança, higiene, apoio logístico e organização das escolas, sendo a sua ausência prejudicial ao funcionamento normal e ao bem-estar dos alunos.

Salientou que a situação se agravou, com escolas que não abriam ou funcionários sobrecarregados, comprometendo serviços básicos. Defendeu que era urgente reforçar o quadro de assistentes operacionais, considerando este investimento uma responsabilidade pública, e solicitou à Câmara medidas concretas, como contratação de pessoal, substituição rápida em casos de baixa e revisão dos critérios de distribuição.

Ressaltou que a solução apresentada de apenas duas assistentes operacionais não atendia às necessidades de todas as escolas do agrupamento, pedindo atenção a cada unidade. Finalizou entregando à Senhora Presidente a petição referente à questão.

Sra. Presidente – Agradeceu a presença da senhora Catarina e reiterou a compreensão quanto aos imprevistos na área da saúde, como a ausência simultânea de 13 funcionários, reconhecendo o impacto dessa situação. Informou que, na segunda-feira seguinte, duas novas assistentes operacionais começariam a trabalhar na escola, e que, para todo o agrupamento, seriam contratadas dez assistentes operacionais.

Sra. Catarina – Agradeceu a informação.

Sra. Presidente – Reconheceu que, apesar disso, podia ser insuficiente, sobretudo em caso de doenças.

Referiu que era necessário mais diálogo.

Sra. Catarina – Referiu que se apresentava ali como representante dos encarregados de educação.

Sra. Presidente – Concordou, salientando a necessidade de maior diálogo e comunicação atempada, já que, por vezes, apenas recebiam informações da própria escola, através da diretora, sobre encerramentos temporários. Destacou que essa comunicação devia ser clara e constante, permitindo uma reação adequada, sobretudo devido ao elevado número de crianças e à necessidade de assegurar o seu correto acompanhamento.

Sra. Presidente – Agradeceu a presença da senhora Catarina.

Referiu que além do que tinha dito anteriormente em relação ao rácio, e que o rácio já estava ultrapassado, compreendiam que na saúde ninguém mandava e, de repente faltavam 13 pessoas em simultâneo e isso era um problema para todos. Referiu que segunda-feira iam entrar mais duas assistentes operacionais para aquela escola, para o agrupamento iam entrar dez.

Sra. Catarina – Agradeceu

Sra. Presidente – Referiu que se calhar era insuficiente, mas quando havia doenças era sempre um problema.

Agradeciam era mais diálogo.

4

Sra. Vice-Presidente – Referiu que conhecia a questão levantada pelo senhor Cruz, mas alertou que a forma como ele expôs a situação poderia gerar confusão. Esclareceu que o senhor Cruz possuía um terreno no Parque Natural da Arrábida e pretendia construir uma fábrica, o que era impossível, e que a lei exigia cedências obrigatórias à Câmara, como “o tal quarto para a Presidente”. Destacou que o senhor Cruz nunca se conformara com essas exigências, tornando necessário prestar esclarecimentos durante a reunião.

Sra. Presidente – Esclareceu que já tinha realizado várias reuniões com o senhor Cruz, conhecendo a parcela destinada a cada filho. Explicou que qualquer carta enviada normalmente chegava aos serviços competentes, não diretamente a si, e que a carta em questão nunca lhe tinha sido entregue. Concordou com a Vereadora Maria do Carmo que não era possível alterar o PDM ou contornar a lei por interesses privados, mesmo que legítimos, e que solicitações deviam cumprir pagamentos de taxas e contrapartidas legais. Agradeceu à senhora Catarina, encarregada de educação e mãe por ter vindo colocar aquela questão. Recordou que já conheciam a situação e também de uma outra situação triste que tinha acontecido. Salientou que já não bastava a falta de pessoal, e ainda os poucos que existiam estavam sujeitos a agressões.

A Sra. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e trinta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

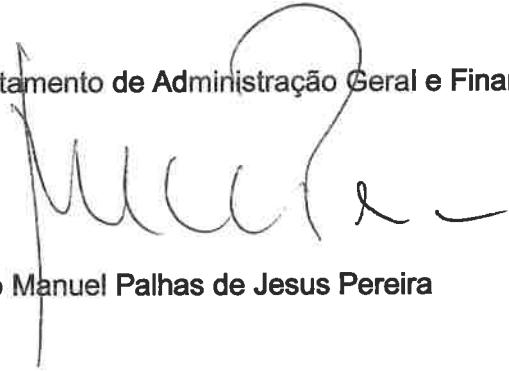
A Sra. Presidente da Câmara,

Maria das Dores Meira

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 07 de janeiro de 2026, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 55 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

4

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



António Manuel Palhas de Jesus Pereira

Elaborada por:
Aldora Poeira
Inês Ferreira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
António Palhas